



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
(SESSÃO CONJUNTA)

ANO LXIV – Nº 012 – SEXTA-FEIRA, 3 DE JULHO DE 2009 – BRASÍLIA-DF

MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Presidente

Senador **JOSÉ SARNEY** – PMDB-AP

1º Vice-Presidente

Deputado **MARCO MAIA** – PT-RS

2º Vice-Presidente

Senadora **SERYS SLHESSARENKO** – BLOCO PT-MT

1º Secretário

Deputado **RAFAEL GUERRA** – PSDB-MG

2º Secretário

Senador **JOÃO VICENTE CLAUDINO** – PTB-PI

3º Secretário

Deputado **ODAIR CUNHA** – PT-MG

4º Secretário

Senadora **PATRÍCIA SABOYA** – PDT-CE

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 13ª SESSÃO CONJUNTA (SO- LENE), EM 2 DE JULHO DE 2009

1.1 – ABERTURA

1.2.1 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada a comemorar o 87º Dia Internacional do Cooperativismo e os dez anos do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP..... 02480

1.2.2 – Fala da Presidência (Senadora Serys Slhessarenko)

1.2.3 – Oradores

Senador Osmar Dias 02482

1.2.4 – Fala da Presidência (Senadora Serys Slhessarenko)

1.2.5 – Oradores (continuação)

Deputado Zonta 02485

Senador Gilberto Goellner 02488

Deputado Paulo Piau 02490

Deputado Dr. Ubiali 02491

Deputado Arnaldo Jardim 02491

Senador Renato Casagrande 02493

Senador Valdir Raupp 02494

Senador Arthur Virgílio 02496

Senador Marconi Perillo 02499

Senador Marcelo Crivella 02500

Márcio Lopes de Freitas (Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB) .. 02501

Senador Eduardo Suplicy 02502

1.2.6 – Fala da Presidência (Deputado Zonta)

1.3 – ENCERRAMENTO

CONGRESSO NACIONAL

2 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

3 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

4 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

5 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 13ª Sessão Conjunta (Solene), em 2 de julho de 2009

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência da Sra. Serys Slhessarenko, e dos Srs. Osmar Dias e Zonta

(Inicia-se a Sessão às 10 horas e 11 minutos, e encerra-se às 12 horas e 57 minutos.)

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko. PT – MT) – Declaro aberta a sessão solene do Congresso Nacional destinada a comemorar o 87º Dia Internacional do Cooperativismo e os 10 anos do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP).

Convido a compor a Mesa o Sr. Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Sr. Márcio Lopes de Freitas (*palmas*); o Sr. Vice-Presidente de Agronegócios do Banco do Brasil, Sr. Luis Carlos Guedes Pinto (*palmas*); o primeiro requerente da homenagem no Senado Federal, o Exmº Sr. Senador Osmar Dias, aqui representando todos os outros Senadores também requerentes desta sessão. (*Palmas.*)

Convido para compor a Mesa o primeiro requerente da homenagem na Câmara dos Deputados e Presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo, o Exmº Sr. Deputado Federal, Zonta.

Convido todos para, de pé, cantarem o Hino Nacional.

(É executado o Hino Nacional.)

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko. PT – MT) – Em primeiro lugar nossa saudação muito especial a todos que estão aqui conosco hoje nesta sessão do Congresso Nacional, tão importante para o Brasil. Eu diria que muito mais importante para o Brasil, o cooperativismo é muito mais amplo, com certeza, do que aquele existente em nosso País.

Quero dizer que é uma honra para o Senado da República, para a Câmara Federal do nosso País a realização desta sessão. Eu, como 2ª Vice-Presidente do Senado Federal, sinto-me muito honrada de estar presidindo.

Eu gostaria de saudar aqui esta pessoa que no cooperativismo do Brasil é ímpar, o Dr. Márcio, temos um contato muito próximo em termos de conversa sobre essa questão, nós, aqui pelo Senado, e ele, sempre na Liderança da organização das cooperativas do Brasil.

Saúdo também meu querido amigo Luis Guedes, Vice-Presidente da área dos agronegócios do Banco do Brasil.

E uma saudação mais do que especial, eu diria, ao nosso Senador Osmar Dias, que lidera a listagem de Senadores que buscaram esta sessão conjunta. Parabéns, Senador. Sei de toda sua luta, pois o vejo sempre nas Comissões. V. Exª é um batalhador do cooperativismo; sua história conta isso.

Esses dias foi dito numa reunião na OCB, Dr. Márcio, se não estou equivocada, que o Deputado Zonta é um cooperado que está emprestado para o Parlamento brasileiro. Então, não temos muito a dizer.

O cooperativismo brasileiro sabe e reconhece a importância dos senhores. Tanto o Senador Osmar Dias quanto o Deputado Zonta é que lideram uma listagem significativa de Parlamentares que assinaram a solicitação desta sessão solene do Congresso Nacional.

O Congresso Nacional brasileiro presta hoje uma justa homenagem a uma das iniciativas econômicas mais brilhantes que já nasceram do gênero humano, o cooperativismo. Na verdade, é isso o que fazemos ao comemorar o 87º dia Internacional do cooperativismo e os 10 anos de fundação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo, SESCOOP.

A grande virtude do cooperativismo e talvez a maior justificativa do retumbante sucesso do modelo por ele preconizado é a absorção do que há de melhor nos dois modelos econômicos dominantes no séc. XX: o capitalismo e o socialismo.

Sem rupturas e sem falsos pudores, o cooperativismo reuniu sob seu manto a forma coletiva de organizar a produção e o objetivo capitalista de gerar empregos e renda não só para os cooperados, mas também para todos os trabalhadores que orbitam as cooperativas. Justamente esse caráter, ao mesmo tempo híbrido e conciliador, garantiu a presença do modelo cooperativista em todos os povos e países do mundo.

No Brasil, o cooperativismo é um sucesso; não tenho dúvida disso. O País conta hoje com quase 8 mil cooperativas em treze ramos de atividade. Existem quase 8 milhões de associados em mais de quatro

mil postos de atendimento em todos os cantos e recantos de nosso território. O próprio modelo inerente ao sistema cooperativo, caracterizado por apostar no trabalho coletivo e, ao mesmo tempo, na produção de riqueza, tem garantido às cooperativas brasileiras uma situação confortável diante da crise econômica que assola o mundo.

Por não visar diretamente ao lucro, mas à geração de renda para os próprios cooperados, o setor vem garantindo resultados positivos a despeito de um cenário econômico ainda nebuloso. Mesmo as cooperativas de crédito, cujo sistema foi recentemente regulamentado pelo nosso Congresso Nacional, não sofreram com a crise. Além de não visarem ao lucro, atendem aos próprios cooperados, o que possibilita a prática de taxas de juros inferiores às de mercado, reduzindo consideravelmente o risco embutido nas suas operações.

Além de comemorarmos o 87º Dia Internacional do Cooperativismo, lembramos ainda os 10 anos de criação do SESCOOP, criado pelo Governo do Presidente Fernando Henrique, em 1998. O Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo possibilitou às cooperativas receberem serviços às contribuições que antes recolhiam ao Governo em benefício das entidades do Sistema S.

O sucesso do SESCOOP, nesses 10 anos de atuação, é medido em números. A entidade já treinou mais de 1 milhão de profissionais, tornando-se a principal estimuladora da autogestão, da formação profissional, do monitoramento e da promoção social das cooperativas brasileiras.

Nesta sessão solene, Sr^{as}. e Srs. Senadores, Sr^{as}. e Srs. Deputados, em que homenageamos o cooperativismo no Brasil e no mundo, é importante destacar a extrema relevância do papel desempenhado pelas cooperativas no dia a dia do povo brasileiro. Sua enorme capilaridade garante a importante parcela da população brasileira uma renda digna, principal responsável pela inclusão econômica e social de muitos brasileiros e brasileiras.

Gostaria de parabenizar todos os Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas responsáveis pela realização desta justa homenagem em 2 pessoas: Senador Osmar Dias e Deputado Zonta.

Aos cooperados do Brasil, muito bem representados pelo Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras, Dr. Márcio Lopes de Freitas, nossos cumprimentos e o reconhecimento do Congresso Nacional pela sua enorme relevância para o desenvolvimento de nosso País.

Eu mesma, senhoras e senhores, já tenho estado muito próxima de discussões e trabalhos, do coo-

perativismo de crédito, do cooperativismo de trabalho, do cooperativismo de saúde – houve uma reunião, se não estiver equivocada, semana passada ou na outra -, e tenho estado muito perto, dentro dos meus limites e possibilidades, discutindo essas questões, relatando projetos e sendo autora de outros. Mas tenho sentido cada vez mais de perto a importância do cooperativismo.

Por exemplo, chefiou uma missão internacional de 3 Senadores e 2 Deputados Federais no âmbito da questão de mudanças climáticas. Ora, alguns dirão: “Mas o que isso tem a ver com o cooperativismo?” Eu diria que, nas relações na sociedade, tudo, enfim, tem a ver com tudo. Tenho sentido isso muito mais próximo, a partir da crise econômica mundialmente surgida, principalmente naqueles países que foram mais frontalmente atacados.

E digo por quê. Nos dias 30 e 31 de março, estive em Washington, acompanhada do Deputado Antonio Palocci, chamados que fomos para uma reunião de Parlamentares do G-20 a fim de discutir a questão da crise econômica, a questão energética e as mudanças climáticas. O que uma coisa teria a ver com a outra? Tudo, absolutamente tudo.

E, lá, no resumo da história, depois de 2 dias de real embate, de mais ou menos 12 horas por dia de discussão, dentro do Capitólio, o Congresso Nacional americano, com representação dos 20 países com economias mais ricas do mundo, verifiquei uma mudança, inclusive de pensamento e de postura em relação à questão. Por quê? Porque todos eram unânimes em falar de forma muito mais tranquila. Há 6, 8 meses ou mais, em reuniões desse tipo, as pessoas falavam muito com o pé no freio – desculpem-me o termo – sobre a questão econômica a ser construída de forma diferenciada do que vem sendo tratada até agora.

E, a partir daquele momento, senti com muita evidência, com muita clareza, a mudança de vontade, de determinação e de pensamento daqueles Parlamentares que ali estavam, porque ficou bastante claro que a coisa não pode continuar do jeito que está, que o socialismo ainda deixou muito a desejar, da mesma forma que o capitalismo, e que se tem de buscar um terceiro caminho. E não tenho qualquer dúvida de que esse terceiro caminho, se bem encaminhado como vem sendo no Brasil e em outros países, pode ser, sim, o cooperativismo. Não tenho qualquer dúvida disso, senhoras e senhores. (Palmas.)

Num resumo daquele evento, verifica-se que os países têm de buscar a recuperação econômica juntamente com segurança energética e mudanças climáticas. Ou seja, neste momento de crise em que se necessita recuperar economicamente esses países

que estão na crise, que se busque essa construção a partir de uma mudança extremamente significativa, não da mesmice, como sempre foi, porque, se continuarmos com o mesmo modelo, daqui a 10,15 anos ou menos, estaremos na mesma situação. Mas que o façamos de forma diferenciada, buscando trazer à base dessas sociedades, às bases mais despossuídas, juntas, um processo de desenvolvimento econômico com sustentabilidade e segurança energética.

E a boa notícia é que o Brasil é o País que tem o mais alto percentual de energia renovável do mundo; detém 47,8% de energia renovável, quando o segundo país que se segue tem 30% e o terceiro, 16%. Portanto, somos um potencial grandioso e, com vontade e determinação, especialmente nessa área do cooperativismo, esse será um setor amplo, aberto. Ele é o grande potencial de mudança para a melhoria da qualidade de vida da humanidade, com justiça e com segurança, certamente.

Muito obrigada. Um abraço carinhoso a todas e a todos.

Parabéns por este evento! (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko. PT – MT) – De imediato, concedo a palavra ao nobre Senador Osmar Dias, para seu pronunciamento, e, a seguir, ao nobre Deputado Zonta.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Serys Slhessarenko, que preside esta sessão e 2ª Vice-Presidenta do Congresso Nacional, Deputado Zonta, que preside a Frente Parlamentar do Cooperativismo, Dr. Carlos Guedes, Vice-Presidente de Agronegócios do Banco do Brasil, Márcio Lopes, Presidente da OCB, Sr^{as}. e Srs. Senadores, Sr^{as}. e Srs. Deputados, dirigentes de cooperativas do Brasil, cooperados, corintianos e não corintianos (risos). Há bastante gaúcho aqui hoje, principalmente porque o cooperativismo no Rio Grande do Sul é muito forte, como é no Paraná.

Solicitamos essa homenagem ao cooperativismo, porque todo primeiro sábado do mês de julho se comemora o Dia Internacional do Cooperativismo. Não podendo ser comemorado no sábado, fizemos na quinta-feira, portanto, antecipando as comemorações do 87º Dia Internacional do Cooperativismo.

A Aliança Cooperativista Internacional – ACI, a maior organização não governamental existente no mundo, estabeleceu uma ligação do cooperativismo com a crise econômica internacional.

Como a crise econômica internacional é o assunto mais debatido no mundo, a Aliança, que já foi dirigida pelo amigo Roberto Rodrigues, lembrou, como mensagem deste dia, que o cooperativismo pode, e muito, ajudar a combatê-la.

Os números revelam a força do cooperativismo no Paraná, no Brasil e no mundo.

Vejam que há hoje 2,4 bilhões de pessoas no mundo, comandadas por 800 milhões de sócios, participando de algum ramo da cooperativa. Oitocentos milhões de sócios para 2 bilhões e 400 milhões de pessoas!

No Brasil, chegamos a 24 milhões de brasileiros, com 8 milhões de cooperados. Estou fazendo uma média de 3 pessoas por família. Se temos 8 milhões de cooperados, chegamos, portanto, a esse número de 24 milhões de pessoas que, diretamente, constroem as cooperativas dia a dia neste País.

Somente no Paraná, no ano de 2008, chegamos a um faturamento de 25 bilhões de reais pelas cooperativas de produção. Isso é 10% superior ao orçamento do Estado. Vejam a importância e o significado disso. Esse crescimento foi de 18 bilhões, no ano de 2007, para 25 bilhões, em 2008, Senadora Serys.

Quando a crise já tinha começado, as cooperativas estavam rodando para a frente, girando com toda a força empreendida pela associação de intenções, de objetivos, de ideias. Essa força se transforma nesse poder de vencer a crise. Sou cooperado – aliás sou filiado a 4 cooperativas no Paraná – e já fui engenheiro agrônomo de uma delas, a COCAMAR. Comecei a carreira de engenheiro agrônomo nessa Cooperativa Agroindustrial.

Outro dia, para proferir palestra na Universidade Católica de Curitiba, conversei antes com os dirigentes cooperativistas, muitos com os quais converso praticamente todas as semanas. Eles me diziam: “Não seja muito pessimista em relação à crise, porque as cooperativas vão enfrentá-la. A crise vai chegar às cooperativas, sim, porque vai chegar ao produtor rural, à agroindústria, ao fabricante de equipamentos, enfim, ao agronegócio. Mas as cooperativas estão tão sólidas, tão bem organizadas, com gestão moderna, que vamos enfrentar e passar por esta crise”. É o que está acontecendo. Há algumas cooperativas que podem estar em dificuldades. Mas a grande maioria delas estão dando o exemplo de como é importante a organização da sociedade civil nesse modelo de cooperativismo que, diante desta crise imensa que está colocando abaixo índices de desenvolvimento, está segurando a crise.

Outro dia, no Paraná, disseram: “O Osmar tem um problema: defende muito o agronegócio, defende muito as cooperativas”. Que grande problema eu tenho! Num Estado onde o agronegócio foi responsável por cerca de 50% de todas as exportações ocorridas este ano, onde as cooperativas participaram com 57%, fico muito feliz de ser acusado de defensor intransigente

do agronegócio e do cooperativismo brasileiro. Graças a Deus, sou um deles! (Palmas.) Eu sou um dos que, no início da década de 70, no Paraná, começou esse movimento. Eu, agrônomo recém-formado, trabalhando numa cooperativa! Começamos esse movimento. Mas devemos louvar os que trouxeram da Holanda, da França, enfim, da Europa, os princípios que deram origem ao cooperativismo no Paraná e no Brasil.

Minha homenagem a nossa Batavo, cooperativa pioneira do Paraná, e a Witmarsum, que trouxeram os pioneiros e, com eles, os princípios que nos colocam como um Estado muito bem organizado no cooperativismo, onde existem 238 cooperativas atuando.

Outro dia, participei de um congresso da UNIMED, que é, simplesmente, a maior cooperativa médica do mundo. Temos que ter um orgulho muito grande do nosso cooperativismo.

Na eletrificação, muitas companhias estaduais não iam ao mais distante sítio, à mais distante propriedade rural, à pequena propriedade rural, mas lá estava a cooperativa de eletrificação rural, fazendo o serviço e levando eletricidade, que traz desenvolvimento, além do conforto. Não podemos esquecer da dificuldade que as cooperativas tiveram, no início, para se inserir no contexto. Havia uma concorrência enorme de empresas instaladas, mas as cooperativas de eletrificação conseguiram ultrapassar barreiras e prestar um relevante serviço às localidades. Na propriedade onde as outras empresas não conseguem chegar, elas colocam o poste de luz. Essas cooperativas merecem a nossa homenagem.

Cooperativismo de crédito. Tive a honra de relatar um projeto do Senador Gerson Camata que regulamenta o cooperativismo de crédito no Brasil. Esse projeto foi aprovado e é lei. Hoje as cooperativas de crédito estão substituindo, aos poucos, o que o Governo fazia com mais intensidade e que, parece, quer voltar a fazer. O Presidente Lula foi ao Paraná, na semana retrasada, e anunciou crédito no valor de 107,5 bilhões de reais – 15 bilhões para os agricultores familiares e 92,5 bilhões para a agricultura comercial. Há também a volta, meu caro Guedes, do Banco do Brasil, financiando pesado. O senhor me disse, no dia em que o visitei, que o Banco do Brasil tem 30 milhões de correntistas. É praticamente uma cooperativa que se organizou para atender principalmente a agricultura brasileira. Essa grande parceria com as cooperativas deve ser solidificada. Onde ainda não existir essa parceria ela tem de ser construída, porque tanto o Banco do Brasil como a cooperativa têm uma influência enorme no desenvolvimento econômico e social das regiões. Fico imaginando o que seria do norte, do noroeste, do oeste,

do sudoeste, do sul e do centro do Estado do Paraná se não houvesse a presença dessas cooperativas.

Anotei alguns dados. São impressionantes! As cooperativas do Paraná são responsáveis pela produção de 72% da soja, 87% do trigo, 46% do milho, 48% do leite, 23% das aves, 36% dos suínos, 55% do algodão e, nos últimos 10 anos, por 80% de todos os investimentos feitos na agroindústria. As cooperativas, organizadas, foram investindo e fazendo crescer o instrumento de transformação da produção, de valorização do produtor, porque agrega valor, renda e gera empregos. Portanto, as cooperativas são responsáveis por maior número de empregos gerados no Estado do Paraná e no Brasil. Somente esse fato já é motivo para homenagearmos, hoje, o cooperativismo brasileiro.

Vamos continuar no Congresso Nacional com essa Frente, presidida pelo Deputado Zonta. Queremos não apenas realizar, mas também dar significado a este evento.

Sou autor de um projeto de lei que moderniza a lei do cooperativismo, que é de 1971. Não é possível que, no Congresso Nacional, não sejamos capaz de aprovar essa lei que apresentei em 1999! Já faz 10 anos! Há 10 anos essa lei tramita. Quero contar um pouco do porquê essa lei, que significará um salto de modernização das cooperativas brasileiras, ainda não foi apreciada.

As cooperativas tiveram várias fases de modernização. Uma delas foi com a crise que afetou as cooperativas. O que elas fizeram? Em vez de ficarem chorando, modernizaram o modelo de gestão, fizeram fusões, por meio do SESCOOP, e criaram novos gestores.

No Paraná, 100 mil pessoas passaram em um dos cursos ministrados pelo SESCOOP. Isso é impressionante na capacitação das pessoas.

Apresentei um projeto não construído por mim, mas pelas cooperativas brasileiras. Ele atende às necessidades das cooperativas de definirem melhor o ato cooperativo, que não pode ser apenas a relação entre a cooperativa e o cooperado. Tem de ser todos os atos que a cooperativa desenvolve em relação a qualquer negócio que pratique, porque é a cooperativa que está em condições de pagar regamente os impostos (no setor não há sonegação), de contribuir com o desenvolvimento econômico e social de cada região.

As cooperativas são um instrumento, como disse o Presidente Lula, para alavancar o crescimento econômico do País. Não podem, portanto, ter uma lei que já está caduca, que é de 1971, que não presta mais, porque o mundo se modernizou, veio a globalização. Precisamos enfrentar a concorrência, a competição, tornar as cooperativas mais ágeis, dinâmicas, com menos impostos nas costas, porque elas carregam

também essa carga tributária imensa do País. As cooperativas precisam dessa nova lei.

O Roberto Rodrigues, o Márcio, o João Paulo, da OCEPAR do Paraná, o Paulo Roberto, o Rique, o Nelson e eu discutimos essa lei durante anos, desde 1999. Fizemos centenas de audiências públicas. O Governo anterior dizia que não podia aprovar porque estávamos propondo um tratamento tributário diferenciado para as cooperativas. Mas é isso mesmo que estamos propondo. Com esse tratamento diferenciado muitas pessoas serão beneficiadas, e o Brasil vai ganhar com isso. (Palmas.)

Veio o Governo Lula. O Presidente Lula – é bom que se diga – me chamou 3 ou 4 vezes no Palácio e disse: “Osmar, por que não aprovamos essa lei?” “Presidente, a maior bancada é a do Governo. É só o Governo querer que ela será aprovada”.

Acontece que no segundo e terceiro escalão do Governo há pessoas que pensam diferente. Pensam que cooperativismo pode ser, por exemplo, uma organização de duas, três pessoas. Penso diferente. Não quero que o cooperativismo se transforme em um instrumento de maracutaia, em um instrumento de promover, inclusive, a destruição do conceito que o cooperativismo construiu ao longo do tempo. Quero que o cooperativismo tenha regras claras. Quero que o cooperativismo se abra para aporte de capital, para que, em determinados negócios, possamos ter o crescimento tanto do cooperativismo como das empresas que a ele se associarem. Ninguém está falando em internacionalizar ou colocar nas mãos de multinacionais. É ignorância pura falar uma bobagem desse tamanho. Devemos fortalecer as cooperativas, porque, assim, fortaleceremos o País.

Queremos o direito de aprovar essa lei. Quero o direito de votar essa lei. Quem quiser votar contra o cooperativismo que vote. Essa lei precisa estar na pauta do Congresso Nacional. Já passou na mão de 3 ou 4 Relatores. Cada Relator encontra uma dificuldade. Confio em que o Senador Renato Casagrande esteja disposto a colocar esse projeto na pauta de votação. Qual era o problema? Diziam: “O Osmar colocou um só órgão de representação, a OCB”. Meu Deus do céu! Não sou vidente nem tenho o poder de prever o futuro. As cooperativas e os agricultores familiares organizaram-se, em 2003. Fiz a lei em 1999. Como poderia colocar 2 órgãos de representação?

Inclusive essa questão foi objeto de passeata no Paraná de forma maldosa, mal-intencionada, manipulada por políticos durante o processo eleitoral. Tudo bem. Enfrentei tudo isso. Desde o início disse ao Presidente Lula e ao Ministro da Agricultura: “Concordo que tenha 2 órgãos de representação, o das cooperativas conven-

cionais e o da agricultura familiar. Quem quiser que faça opção e escolha o órgão de representação”. Portanto, não é isso que está impedindo a votação.

Já concordei com mudanças propostas no meu projeto de lei. Não sei o que impede votarmos uma lei que pode dar às cooperativas um poder de crescimento maior do que a lei atual. Tudo se moderniza, tudo anda para a frente. Será que não podemos dar essa contribuição ao cooperativismo brasileiro?

Estou aqui para pedir o apoio aos dirigentes de cooperativas de todo o Brasil. Façam sim pressão sobre os Senadores dos seus Estados – são somente 3 –, para que tenhamos a votação dessa lei que dará às cooperativas um poder de fogo maior. Quem vai ganhar com isso é o Brasil. Tenho certeza de que essa lei aprovada vai fazer cumprir aquela frase do Presidente Lula: “As cooperativas brasileiras são a principal alavanca de desenvolvimento deste País tanto no campo econômico quanto no social”.

Se não temos capacidade de aprovar uma lei dessa no Congresso Nacional, digo, em desabafo, que não vale a pena virmos para o Senado e defender, por 10 anos, uma lei que é simplesmente boa para todo o País. Não sei a quem essa lei não interessa, mas gostaria de saber. Conheço, e muito bem, as pessoas que defendem a não aprovação dela. Mas não sei o que elas já fizeram de bom para o País para terem a moral de segurar uma lei dentro do Congresso Nacional. Senadores vêm à tribuna dizer que não podemos ser pautados pelo Executivo nem pela imprensa. Mas se deixam pautar. Se não quisessem ser pautados, votavam leis como essa do cooperativismo.

Ao concluir, meu caro Márcio, quero dizer que as cooperativas e os agricultores familiares do Paraná têm todo o meu apoio, porque são muito importantes para as regiões cuja base econômica é a agricultura familiar. Chamo, porém, a atenção para um simples fato: Estados como Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina têm propriedades menores que 100 hectares como base de agricultura. Noventa e cinco por cento das propriedades no Paraná não têm 100 hectares! Então, se os cooperados têm menos de 100 hectares, podem ser chamados de agricultores familiares. Somos todos iguais.

Também criou-se, neste País, uma grande ignorância sobre o agronegócio, que pega mal para a agricultura familiar e para os agricultores. Isso não é bom nem para os médios e grandes agricultores nem para o agricultor familiar. O agronegócio vai do agricultor que tem 5 vacas de leite, em Pranchita, no interior do Paraná, até o maior produtor rural deste País, passando pela fábrica de máquinas, pelos insumos, por todo o agronegócio, responsável por 40% dos empregos, 40% das exportações. Enfim, todo o saldo da balança

comercial sai do agronegócio. É de muita ignorância quem não entende isso. Foi uma infelicidade separar esse assunto da discussão da agricultura no País.

Vivam as cooperativas!

Viva o Dia Internacional do Cooperativismo! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko. PT – MT) – Obrigada, Senador Osmar Dias.

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko. PT – MT) – Antes de passar a palavra ao Deputado Zonta, saúdo os Senadores Gilberto Goellner, Jefferson Praia e Augusto Botelho e os Deputados Moacir Micheletto, Arnaldo Jardim, Duarte Nogueira, Paulo Piau e Eliene Lima, companheiro de bancada de Mato Grosso, que, com certeza, é um defensor árduo do cooperativismo.

Peço aos demais Deputados e Deputadas que enviem os nomes para que possamos anunciá-los.

Em nome do presidente do SICREDI, João Spenthof – que, infelizmente, não está aqui conosco –, saúdo todos os cooperados do meu Estado, Mato Grosso.

Finalmente, como sempre, não posso deixar de fazer, por onde passo, como 2ª Vice-Presidenta do Senado e como 2ª Vice-Presidenta do Congresso Nacional, uma homenagem a todos os presentes e aos que nos ouvem e veem.

Faço homenagem muito especial a todas as mulheres presentes e às que nos ouvem e veem. (*Palmas.*)

Nós, mulheres, somos minoria absoluta em todos os setores, mas estamos chegando à política, ao cooperativismo – que é uma forma de política da maior grandeza –, às profissões, à família. Estamos participando, juntas, com nossos companheiros, da construção de uma sociedade de direitos absolutamente iguais para homens e mulheres. Daí a minha saudação especial a cada uma das companheiras mulheres presentes.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pela ordem, Srª Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko. PT – MT) – Senador Osmar Dias, pela ordem.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, peço autorização a V.Exª para encaminhar 4 reivindicações da OCEPAR no sentido de que o Senado Federal possa apoiá-la perante os respectivos órgãos:

1) À Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT: adequar o funcionamento das cooperativas agropecuárias com frota própria, de forma a reduzir o custo de entrega de seus produtos, permitindo cargas de retorno para terceiros, mediante inscrição de veículo no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas – RNTRC;

2) À Agência Nacional do Petróleo – ANP: possibilitar às cooperativas operarem seus TRR, impedidos pela Resolução ANP nº 008, de 2007, para fornecimento de combustíveis aos cooperados, resultando em menor custo e maior segurança, e buscar redução dos preços do óleo *diesel*, visto que a redução nas refinarias procedida pelo Governo não se efetivou ao nível dos consumidores finais;

3) À ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica: processo de regulamentação das cooperativas de infraestrutura (referente ao Decreto nº 6.160, que regulamenta o art. 23 da Lei nº 9.074, de 1995), que está extremamente moroso com a criação das categorias de “autorizadas” e “permissonárias”;

4) À Agência Nacional de Saúde Suplementar: reconhecimento da natureza cooperativa das operadoras de planos de saúde das cooperativas, contemplando as particularidades de relacionamento operacional entre as mesmas.

São essas as reivindicações que deixo com a Srª Presidenta da Mesa para que possa fazer o devido encaminhamento.

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko. PT – MT) – Obrigada, Sr. Senador. Serão encaminhadas conforme reza o nosso Regimento.

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko. PT – MT) – Já me foi entregue a lista dos Srs. Deputados presentes: Duarte Nogueira, Edinho Bez, Dr. Ubiali, Arnaldo Jardim, Zonta, Chico Lopes, Angela Amin e Eliene Lima.

Passo a presidência da Mesa, por uma questão de justiça, por ser S.Exª o primeiro subscritor do requerimento de realização desta sessão solene, ao Senador Osmar Dias.

(*Assume a presidência o Sr. Senador Osmar Dias.*)

(*A Sra. Serys Slhessarenko, 2ª Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Senador Osmar Dias.*)

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – Passo a palavra ao Presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo, Deputado Zonta.

O SR. ZONTA (PP – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente desta sessão solene do Congresso Nacional, Senador Os-

mar Dias, peço permissão a V.Ex^a para homenagear a Senadora Serys Slhessarenko, que presidiu a etapa inicial desta sessão.

Quero homenageá-la não apenas na condição de Senadora e de integrante da Frente Parlamentar do Cooperativismo, mas pela presença constante na ação cooperativista brasileira, pela sua força e pela representação das mulheres cooperativistas do Brasil. Nossa saudação, homenagem e reconhecimento, portanto, em nome da Frente Parlamentar do Cooperativismo, à Senadora Serys Slhessarenko. *(Palmas.)*

Quero saudar o estimado Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras, Márcio Lopes de Freitas, incansável líder nacional, que consegue não só congrega, mas também sintonizar o cooperativismo brasileiro nas suas ações, no processo de presença, de autoestima, de afirmação, de desenvolvimento e, acima de tudo, de diálogo e entendimento que o cooperativismo tem realizado no Brasil. Márcio, receba o nosso reconhecimento e o reconhecimento do Brasil cooperativista à sua liderança e ao seu trabalho.

Saúdo igualmente os membros de gestão da OCB e das 27 organizações estaduais aqui representadas e toda a equipe OCB presente. Saúdo o Dr. Luiz Carlos Guedes, nosso sempre Ministro da Agricultura e Vice-Presidente do Banco do Brasil, um cooperativista na instituição financeira Banco do Brasil, que, após o encerramento desta sessão solene, celebrará um protocolo de intenções com a OCB e com o SESCOOP — aliás, quando se ouve falar em protocolo de intenções, imagina-se se é para valer, mas esse, posso dizer, é para valer, não é apenas de intenções —, visando à implementação de ações conjuntas, com foco no desenvolvimento do segmento cooperativo, especialmente do agronegócio do Brasil.

Esse protocolo prevê a compatibilização das formas de parcerias e o apoio técnico-operacional do próprio Banco do Brasil, para que se possa desenvolver a capacitação, a promoção, a utilização dos instrumentos de proteção à produção, preço, moeda, possibilitando o aumento da competitividade e, naturalmente, a redução dos custos financeiros dos recursos para o cooperativismo. Esse ato será assinado em seguida, mas queremos, de pronto, agradecer.

Também gostaria de saudar todos os colegas Parlamentares — Senadoras e Senadores, Deputadas e Deputados.

Do mesmo modo, saúdo aquele que nos representa especialmente perante a área econômica do Governo Federal, o Dr. Gilson Bittencourt, que tem sido um defensor constante do cooperativismo, com um trabalho especial, principalmente, no que diz respeito à Lei Complementar nº 130, que reconheceu o siste-

ma cooperativo de crédito — com certeza, o Dr. Gilson é um batalhador pela causa cooperativista, como tem mostrado em muitos outros projetos e ações do cooperativismo e até no Plano Safra.

A propósito, pudemos contemplar este ano duas ações importantes não só do Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária — PRODECOOP, como também do Programa de Capitalização das Cooperativas Agropecuárias — PROCAP-AGRO, beneficiando as cooperativas.

Saúdo, portanto, todos os cooperativistas aqui presentes — os jovens cooperativistas, aqui em número significativo, as mulheres cooperativistas e a nós, homens cooperativistas do Brasil.

Hoje é um dia especial, o dia em que o Congresso Nacional faz uma homenagem em reconhecimento à importância do DNA impresso no processo de desenvolvimento econômico e social do Brasil e ao cooperativismo.

Segundo o que está previsto nos princípios do cooperativismo mundial e que se inserem aqui no Brasil, a cada ano, como disse o Senador Osmar Dias, no primeiro sábado de julho, se homenageia o cooperativismo; desta feita, também, os 10 anos do SESCOOP. Por isso, tomamos a iniciativa e subscrevemos, com o Senador Osmar Dias e vários colegas Senadores e Deputados da FRENCOOP, o pedido de realização desta sessão solene do Congresso Nacional. Aliás, esta é a primeira sessão solene do Congresso em homenagem a esse segmento e demonstra o seu reconhecimento quanto à importância e ao avanço do cooperativismo no Brasil. Este é um momento, caros colegas Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas e caros cooperativistas, de agradecermos.

E cabe a nós aqui agradecer, sim. Primeiro, agradecer pela chegada do cooperativismo no Brasil, que ocorreu em 1916, em Nova Petrópolis, no Rio Grande do Sul, quando surgiu a primeira cooperativa de crédito ainda hoje existente; o seu processo de desenvolvimento, suas atividades, que são 13 e dizem respeito à vida do ser humano. Devemos agradecer pelo modelo de cooperativismo adotado no Brasil, o modelo que é de inclusão social acima de tudo, um modelo associativo que tem como principal patrimônio a pessoa, o associado e a sua família. Esse é o maior capital de uma cooperativa, sem isso, ela não pode se desenvolver. E também agradecer pela sua atuação não só no que diz respeito à inclusão social, mas também no processo de desenvolvimento econômico do Brasil.

O Brasil não pode negar — e isso tem sido reconhecido pelo próprio Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva — que em seu processo de desen-

volvimento há o DNA fortíssimo do cooperativismo, como mostram os números aqui apresentados, que não convém aqui repetir para não tomar tempo de outros oradores que vão usar da palavra.

Portanto, devemos agradecer a cada cooperativa, por menor que seja e independentemente de onde esteja localizada, porque a capilaridade do cooperativismo está presente em todos os municípios brasileiros, os desafios que nos ajudam a vencer dia a dia; agradecer pela persistência do cooperativismo em todos os seus ramos, agradecer aos cooperativistas, aos seus dirigentes, aos seus conselhos fiscais, aos seus comitês educativos e de negócio, às organizações das mulheres e dos jovens cooperativistas, agradecer, enfim, ao cooperativismo brasileiro pela contribuição ao País.

Esse é o reconhecimento do Congresso Nacional.

Hoje é um dia de agradecimento e, ao mesmo tempo, também de reafirmação do compromisso que temos, na condição de Congressistas e de cooperativistas, com a defesa dessa forma de organização que, como já foi dito, é a maior organização de famílias e de pessoas do Brasil e também do mundo. Sim, este é um dia de reconhecer os desafios que temos, desafios que passam pelo Congresso Nacional, e já avançamos na superação desses desafios, mas precisamos avançar muito mais – é hora de fazermos esse pacto.

Nesta sessão solene, então, além de externar nossos agradecimentos e reconhecimento, podemos fazer um pacto entre nós, Parlamentares da Câmara e do Senado, um pacto de coragem, meu caro Senador Renato Casagrande, Relator de 2 importantes projetos – a nova Lei Cooperativista, de autoria do Senador Osmar Dias e aqui já referida, e uma proposta relativa ao reconhecimento do ato cooperativista das cooperativas de trabalho.

Sim, é hora de fazermos esse pacto e reconhecermos os avanços nos 4 ramos de atividade que a Constituição já considerou como atos cooperativos. Devemos reconhecer também a necessidade de buscar o complemento da interpretação do verdadeiro ato cooperativo, que é a forma de sobrevivência das cooperativas, é a sua forma de fazer a diferença, não querendo isenção nem benesses. O que não podemos é fazer a cooperativa e o associado pagarem duas vezes o tributo, porque, se não tivermos esse reconhecimento, não poderemos disputar, dado que a cooperativa não tem como objetivo principal o lucro.

Seu objetivo principal é satisfazer as necessidades comuns, principalmente daqueles que mais precisam e que individualmente não podem resolver os seus desafios. Segundo ressaltou o Senador Osmar Dias, o Projeto de Lei Complementar nº 271, do Deputado

Luiz Carlos Hauly, cujo Relator, na Câmara dos Deputados, é o meu caro Deputado Dr. Ubiali, e ao qual foi apensado ao de nº 198, de autoria da FRENCOOP, que a maioria dos Deputados e Senadores que estão aqui subscreveu, define claramente o conceito de ato cooperativo, isto é, as atividades realizadas entre associados e cooperativa, entre associados desde que relativas à área em que atuam, e entre a cooperativa e terceiros referentes aos objetivos da cooperativa.

São projetos como esse do ato cooperativo que vão promover inclusão. Não podemos mais conceber que o Ministério Público do Trabalho entenda que a cooperativa do trabalho está aí a burlar leis, a retirar direitos trabalhistas. Muito pelo contrário, está consensuado projeto que já foi votado na Câmara dos Deputados e agora está no Senado Federal que define claramente a presença da cooperativa do trabalho que dar oportunidade de trabalho direto na cooperativa, na condição de dono da cooperativa, a milhões de brasileiros que hoje estão na informalidade. Esse é um dos maiores desafios que temos.

A questão do cooperativismo da saúde é outro grande desafio, assim como a interpretação desse ato cooperativo na educação, no transporte, no consumo. Precisamos, portanto, avançar em direção aos 13 ramos do cooperativismo. Esse é o grande desafio que temos. Precisamos discutir e votar os vários projetos que fazem parte da agenda legislativa que a OCB e as cooperativas do Brasil nos colocaram à mão.

Esses são os desafios que nós temos que vencer, além de participar das ações que gerem mudanças institucionais importantes no Brasil. Mesmo na reforma política, não podemos ficar ausentes. O cooperativismo não tem partido político, nem tem religião, não tem divisão de raças, todos participam. Mas o cooperativismo que participa da vida dos cidadãos tem interesse em participar – e precisa disso – e ter uma representação política no Congresso Nacional cada vez mais forte, correspondente à sua importância nacional.

Por isso, entendemos que a reforma política nos diz respeito. A reforma tributária, meu Presidente, Senador Osmar Dias, tem de contemplar isso e o reconhecimento do ato cooperativo também, além daquilo que consta da lei.

Temos de ter sintonia com o novo Código Ambiental Brasileiro, dado que o meio ambiente é um dos itens que preocupa o Brasil, tanto do lado da preservação quanto do lado da produção. Estamos inseridos em mais esse desafio. E temos de vencer todos eles.

O cooperativismo é uma forma de organização, é um instrumento de inclusão, mas é um instrumento de desenvolvimento também. Um país das dimensões do Brasil não pode prescindir da presença de um cooperativismo cada vez mais forte, mais coeso, tendo toda

estrutura para poder andar – e podem apontar o dedo para cada um de nós, cooperativistas, porque estamos apontando a nossa visão para o futuro sempre, para vencer os desafios.

O Brasil está preparado para isso, porque tem um cooperativismo preparado também. Temos de reconhecer isso. O cooperativismo tem de ter, sim, não a tutela do Governo, mas o seu apoio, para que não se coloquem obstáculos ao verdadeiro cooperativismo.

Quanto à questão do crédito, meu caro Luiz Carlos Guedes, temos de desenvolver cada vez mais um cooperativismo de crédito. Aliás, esse é um dos segmentos que mais está crescendo e que, em parceria com as entidades públicas do sistema público financeiro, pode minimizar os custos – e está provando isso. O cooperativismo de crédito pode estar presente em cada rincão deste País, meu caro Deputado Arnaldo Jardim, coordenador do ramo de crédito. E estar lá mais barato, sendo o dono do banco o associado, esteja ele onde estiver. Esse é um novo desafio.

Queremos estar presentes também no BNDES, com a Diretoria do Agronegócio e do Cooperativismo. Esse é um dos desafios que temos, sim. Temos esse direito e devemos buscá-lo. Temos o desafio de buscar presença no fundo garantidor das operações dos associados de cooperativas, especialmente no agronegócio e para o agronegócio, como acontece agora na micro e pequena empresa. Não podemos prescindir disso.

Estamos, portanto, com muitos desafios. E é em razão desses desafios que queremos propor a celebração de um pacto entre os colegas Deputados e Deputadas e os colegas Senadores e Senadoras. É o compromisso do Congresso Nacional por intermédio da Frente Parlamentar do Cooperativismo, que já está presente nas Assembleias Legislativas da maioria dos Estados.

E, agora, outro desafio: invocamos a cada representante do cooperativismo de cada Estado que ainda não tem a sua Frente Parlamentar na Assembleia que procurem motivar a sua criação.

No Estado que é o berço do cooperativismo no Brasil, o Rio Grande do Sul, está marcada a data de 16 de novembro para ser dado o pontapé inicial do projeto das FRENCOOP municipais em âmbito nacional. Com isso, estaremos no município, na parte política, e não partidária, das Câmaras de Vereadores; nos Estados, nas Assembleias, e no Brasil, no Congresso Nacional. Aí, sim, poderemos cumprir nosso papel de verdadeiro cooperativismo em favor dessa causa, e sem medo de ser feliz.

Viva o cooperativismo!

Muito obrigado a todos pela presença. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – Concedo a palavra ao nobre Senador Gilberto Goellner, que vai falar pela Liderança do Democratas.

Antes, porém, convido o Deputado Zonta para presidir esta sessão, na condição de Presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo.

O Sr. Senador Osmar Dias deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Deputado Odacir Zonta.

O SR. GILBERTO GOELLNER (DEM – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exmº Senador Osmar Dias, primeiro requerente desta sessão de homenagem no Senado Federal; Exmº Sr. Deputado Federal Zonta, também primeiro requerente da homenagem da Câmara dos Deputados e Presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo; Srªs. e Srs. Senadores; Srªs. e Srs. Deputados; Sr. Márcio Lopes de Freitas, Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB; Sr. Carlos Guedes Pinto, Vice-Presidente do Agronegócio do Banco do Brasil; Presidentes de sindicatos e organizações das cooperativas brasileiras; representantes dos Ministério da Fazenda e da Agricultura, demais senhoras e senhores, no dia 4 de julho será comemorado o Dia Mundial do Cooperativismo.

Inicialmente, rendo uma homenagem a uma pequena comunidade inglesa, que, no início do século XIX, em meio a uma série crise social gerada pelo início da Revolução Industrial, quando as ferramentas começaram a ser substituídas pelas máquinas, quando a produção doméstica começou a ser substituída pela produção fabril, 28 tecelões aguerridos, em busca de uma alternativa para o desemprego crescente, resultado do início desse processo de industrialização, decidiu fundar a primeira cooperativa de produção e de consumo.

Esse pequeno grupo desenvolveu um conjunto de princípios conhecidos como princípios básicos do cooperativismo. E esse conjunto de princípios, que vem evoluindo através dos tempos, aperfeiçoando-se e conquistando seu espaço próprio, tomou corpo e definiu uma nova forma de pensar o homem, o trabalho e o desenvolvimento, materializando o cooperativismo.

O cooperativismo, que se tem mostrado pródigo, com grande poder de transformar, de gerar desenvolvimento e melhorar as condições de vida principalmente das pessoas e realizar sonhos, vem se expandindo em diferentes campos da atividade humana, ganhou o mundo e está presente em todos os países, em todos os sistemas econômicos e culturais. É reconhecido por todos os governos como uma fórmula democrática para a solução de problemas socioeconômicos.

Cooperar, operar com o outro, trabalhar com alguém, trabalhar em conjunto: esta é a cultura do cooperativismo, que se embasa em solidariedade e na cooperação, contraponto necessário neste mundo globalizado.

A doutrina cooperativista é universal. A Aliança Cooperativa Internacional – ACI, com sede em Genebra, na Suíça, congrega 78 países por intermédio de suas organizações nacionais de cooperativismo.

Nos tempos atuais, o cooperativista tem se mostrado mais resistente às crises do que os outros modelos de empresa, de acordo com recente estudo feito pela OIT. Como nos idos tempos do surgimento do cooperativismo, as cooperativas estão se mostrando capazes de sobreviver e, de fato, prosperar neste momento de crise.

A empresa cooperativa é um modelo de empresa alternativa que, em lugar de focar o lucro, focaliza pessoas. Com isso, aumenta o poder dessas pessoas no mercado, enquanto marca suas operações nos princípios e valores cooperativos.

Gostaria de abrir um parêntese para dizer que, da mesma forma que o Senador Osmar Dias iniciou o seu trabalho profissional numa cooperativa depois de ter se formado como engenheiro agrônomo, comecei a trabalhar, em 1970 na COTRIJAL, uma cooperativa fundada em 1956, na cidade de Não-Me-Toque, no Rio Grande do Sul. Desde 1956, portanto, já havia essa organização, que se fundamentou economicamente na produção e agora atua também no cooperativismo de crédito e de saúde. Devido à forma como tem atuado e à responsabilidade de seus dirigentes, a COTRIJAL tornou-se um modelo para o Estado e para os municípios gaúchos, pois abrange toda a agricultura familiar do município. Hoje são 34 mil hectares em produção, da qual participam mais de 2 mil cooperativados, e essas pessoas vivem da sua atividade, sendo que a área média de ocupação é de 22 hectares por família.

A empresa cooperativa, então, é um modelo de empresa alternativa, que em lugar de focar o lucro, focaliza as pessoas, aumentando sua participação no mercado, enquanto marca suas operações nos valores e princípios cooperativos.

Segundo o relatório do Banco Mundial, “seria difícil de encontrar um sistema mais eficaz do que o cooperativo para encorajar e estimular a participação ativa das populações na realização de programas de desenvolvimento”.

Em muitos países e em muitos setores do mundo, a empresa cooperativa está crescendo em associados, capital e volume de negócios. As cooperativas estão contribuindo de maneira significativa para a manutenção e a geração de novos empregos, garantindo renda

às famílias. Estão ainda assegurando que os preços se mantenham em níveis razoáveis e que os bens de consumo no varejo, alimentos e serviços continuem seguros, confiáveis e de boa qualidade.

As instituições financeiras cooperativas, os nossos bancos de crédito, têm registrado aumento de capital devido ao reconhecimento, pelos consumidores, pelos seus associados, em relação à segurança e confiabilidade das cooperativas de crédito e de seguros, que, em muitos casos, continuam a fornecer crédito, apesar da atual crise, a pessoas físicas e pequenas empresas agrícolas.

Com isso, estão demonstrando que o negócio cooperativo é sustentável e que as empresas embasadas em valores éticos podem ter êxito e contribuir para uma recuperação econômica sustentável.

Os governos, os economistas, o mundo acadêmico e a comunidade internacional estão desesperados buscando respostas sobre a forma de estimular a recuperação mundial. E, ao fazer isso, estão começando a questionar o atual modelo econômico, que perdeu a confiança dos responsáveis políticos, assim como da maioria das pessoas.

Eles estão aguardando a regulação dos mercados e das instituições financeiras, em particular, para assegurar operações mais éticas e transparentes. Nessa busca, todavia, também estão redescobrimo e reconhecendo o potencial das cooperativas em contribuir, de maneira significativa, para um novo sistema econômico.

Muitos governos, inclusive, estão considerando a opção cooperativa nesse novo contexto econômico, seja para estimular a produtividade agrícola, seja para reorganizar os sistemas nacionais de proteção social, como podemos observar no recente debate na reforma do sistema de saúde dos Estados Unidos e a proposta de criar cooperativas de saúde, a exemplo do que temos muito fundamentado no Brasil.

A contribuição das cooperativas para a recuperação dos países está sendo reconhecida pelos governos em todo o mundo, e eles estão, cada vez mais, estimulando os cidadãos a escolher empresas cooperativas para atender as suas finanças, a fim de aumentar a produtividade e o bem-estar geral.

Demonstra hoje o movimento cooperativo que o modelo cooperativo de empresa é o melhor modelo alternativo de negócios para o futuro. As cooperativas estão mostrando que são o motor não somente para impulsionar o desenvolvimento econômico, mas também para impulsionar a democracia econômica e política, bem como a responsabilidade social.

As cooperativas oferecem uma forma mais justa de fazer negócios, em que os valores sociais e

ambientais contam não somente como algo a fazer, mas, simplesmente, como parte da maneira de fazer negócios.

Nesta sessão em que comemoramos conjuntamente no Congresso Nacional o Dia Internacional das Cooperativas, 4 de julho, é importante um chamamento aos cooperativistas do Brasil e de todo o mundo para reforçar os seus compromissos com os valores e princípios cooperativos, celebrar os êxitos nos tempos difíceis e trabalhar em parceria para assegurar que continuem a impulsionar a recuperação global em todo o mundo.

Obrigado. (Palmas.)

(Assume a presidência o Sr. Deputado Zonta.)

O SR. PRESIDENTE (Zonta. PP – SC) – Obrigado, Senador Gilberto Goellner.

O SR. PRESIDENTE (Zonta. PP – SC) – Dando sequência à lista de oradores, concedo a palavra, pela Liderança do PMDB, ao Deputado Paulo Piau, que também é o Secretário da FRENCOOP Nacional.

O SR. PAULO PIAU (Bloco/PMDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Zonta, de público, quero reconhecer o grande trabalho desempenhado por V.Ex^a na Presidência da Frente Parlamentar do Cooperativismo Brasileiro e o meu orgulho de fazer parte da Direção como Secretário da Frente.

Cumprimento o Presidente Márcio Lopes de Freitas, meu vizinho de Minas Gerais, e também reconhecer o seu esforço, a sua tarefa árdua de substituir pessoas que já passaram pela OCB de grande quilate, mas V.Ex^a tem feito um trabalho diferenciado, sobretudo pela dedicação emprestada ao desenvolvimento do cooperativismo brasileiro.

Cumprimento o Sr. Luiz Carlos Guedes, Vice-Presidente do Banco do Brasil; os meus companheiros da Frente; os cooperativistas presentes e o mundo cooperativista que ombréia essa importante missão.

Vou ser bem breve para que possamos dar oportunidade a todos de se pronunciar. Mas neste 88º Dia Internacional do Cooperativismo e na comemoração dos 10 anos do SESCOOP, quero aqui fazer um apelo. O cooperativismo brasileiro é bom, é um cooperativismo de qualidade, mas ele é pequeno – temos de reconhecer isso.

Falou-se aqui de 8 milhões de pessoas cooperativadas no País. Isso praticamente dá 4% da população brasileira cooperativada. Nos Estados Unidos, o cooperativismo atinge 30% da população, em alguns países da Europa, 40%, e há ali regiões inteiras cooperativadas. No norte da Espanha, se não me engano,

chega a 90% o número de comunidades cooperativadas. Portanto, esse é o caminho que o Brasil deve trilhar. E esse caminho depende dos cooperativistas, depende das cooperativas, mas depende também das forças de governo constituídas. O Deputado Zonta se referiu ao Ministério Público Federal. Claro que há ali uma concepção do cooperativismo, mas eles precisam ser tocados e terem esse efeito comparativo do que está acontecendo nos outros países.

Acredito, porém, que, com apenas 20 anos de democracia seguidos, um recorde na história dos 509 anos de Brasil, é uma questão de tempo a sociedade exigir também que o Governo dê toda essa cobertura, mude as leis, a fim de que o cooperativismo tenha o seu avanço.

Mas, senhoras e senhores, quero me ater às FRENCOOP, tema já mencionado *en passant* pelo Deputado Zonta. A FRENCOOP Nacional tem feito uma parceria estreita com a OCB, numa convivência harmônica e pacífica – e está ali o Renato, que faz esse elo. E, num trabalho complementar, em razão do desenvolvimento do cooperativismo, vários Estados já têm a sua FRENCOOP.

Participei e fui Presidente da FRENCOOP de Minas Gerais, quando Deputado Estadual. Em alguns Estados, no entanto, a Assembleia Legislativa ainda não implementou esse instrumento, que também promove fortalecimento político.

Com relação aos municípios, também é importante tenham esse elo com a força política do cooperativismo, do Município passando pelo Estado e, evidentemente desaguardo, na União.

Quero dizer da alegria de ter visitado o Estado do Espírito Santo, outro dia, com o Presidente da OCB, Márcio Lopes de Freitas, ocasião em que resgatamos a Frente Parlamentar da Assembleia Legislativa daquele Estado. A FRENCOOP havia deixado de existir ali por uma orientação errada de formação, como ocorreu também no Município de Uberaba, onde a FRENCOOP nasceu da Câmara de Vereadores.

Hoje, sabemos que o caminho não é a Frente nascer do Parlamento, mas das cooperativas. Cumpre registrar, Presidente Márcio Lopes, que, nesta semana, com a participação do grande Ronaldo Scucato, Presidente da Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais, realizamos uma reunião com 25 cooperativas na cidade de Uberaba. Ali a FRENCOOP deixou de existir. Mas nós estamos resgatando a Frente municipal da cidade de Uberaba. E, depois de amanhã, sábado, teremos uma reunião com as cooperativas da cidade de Ituiutaba – que também já teve a FRENCOOP municipal -, com a finalidade de resgatá-la, mas, de maneira diferente. Quem vai solicitar a FRENCOOP

não é um Vereador ou um Deputado, mas as cooperativas, porque elas têm responsabilidade. Assim, a situação é duradoura.

Quero, então, mais uma vez, agradecer ao Governador Aécio Neves a implementação da Lei do Cooperativismo no Estado de Minas Gerais, e ela está funcionando maravilhosamente bem. E recomendo aos outros Estados que vejam o empenho do Governo de Minas Gerais para fortalecer o cooperativismo, com a criação do Conselho do Cooperativismo e do Fundo de Fomento ao Cooperativismo, a colocação do cooperativismo na escola pública e da organização das cooperativas na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, o que é muito importante para que haja uma triagem, porque as cooperativas têm de nascer segundo a filosofia cooperativista.

Para finalizar, quero dizer da alegria de fazer uso da palavra para prestar uma homenagem a todas as pessoas que entenderam, primeiro que as outras, que apenas unidos podemos construir um Brasil melhor para todos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Zonta. PP – SC) – Obrigado, Deputado Paulo Piau. Agradeço a V.Ex^a as palavras.

O SR. PRESIDENTE (Zonta. PP – SC) – Convido para fazer uso da palavra o Senador Renato Casagrande. (*Pausa.*)

Na ausência de S.Ex^a, concedo a palavra ao Deputado Dr. Ubiali, que falará pelo PSB.

O SR. DR. UBIALI (Bloco/PSB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente desta sessão solene, Deputado Zonta, Sr^{as}. e Srs. Senadores, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Sr. Márcio Lopes de Freitas, meu amigo pessoal da grande Patrocínio Paulista, que envolve Franca, e Presidente da OCB, é um prazer participar de uma sessão solene que, com toda solenidade, na verdade, presta homenagem a um grupo de homens e mulheres que, desde o início, se uniram para construir uma nova forma de relação entre o capital e o trabalho – a melhor forma de relação entre capital e trabalho, eu diria -, que mostrou, ao longo da história, principalmente em países desenvolvidos, que é uma forma socialista de fazer essa relação.

Por isso, fui solicitado pelo Partido Socialista Brasileiro para que aqui estivesse a fim de dizer da satisfação de podermos comemorar esta data, reconhecendo, sim, companheiro Paulo Piau, que precisamos melhorar – e muito – a presença do cooperativismo na sociedade brasileira. Se é a melhor forma de relação entre capital e trabalho, com certeza, precisa ser incentivado.

Por isso, a Frente Cooperativista precisa, sim, colocar em pauta e votar todos os melhoramentos do

cooperativismo, para que evitemos a constante discussão nos tribunais de obviedades que nos fazem eventualmente gastar o nosso tempo, a nossa energia e a nossa capacidade de trabalho na discussão de questões tão óbvias, como a bitributação que ocorre frequentemente.

Quero dizer aos senhores que, ao comemorarmos essa data, é preciso ter em mente que a luta é contínua e necessita ser intensificada. O Partido Socialista Brasileiro quer homenagear todos os cooperativistas do Brasil, mas, especificamente, saudar os companheiros do setor saúde. Temos 894 unidades de Cooperativas de Saúde, sendo que dessas, 377 são UNIMED. E tenho a honra de pertencer a uma dessas unidades.

Nas Cooperativas de Saúde, temos 106 mil médicos associados. Essa foi a forma que encontramos de realizar o nosso trabalho, de prestar serviço à comunidade, sem a intermediação de outras pessoas, fazendo com que o custo operacional seja muito menor do que quando intermediado por uma seguradora de saúde. Por isso, o plano de saúde considerado de maior confiança entre os brasileiros – e tem sido ao longo do tempo -, eleito 6 vezes seguidas como o plano de maior confiança, é o plano das UNIMED.

Nesta data específica – e já encerrando o meu pronunciamento -, quero dizer que o cooperativismo dá certo, dará certo e precisa, sim, ser incentivado por nós todos, cooperados e políticos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Zonta. PP – SC) – Agradeço ao Deputado Dr. Ubiali, que falou em nome do PSB, a participação, ele que é o Relator de um dos projetos mais importantes, o Projeto de Lei Complementar nº 271, que cuida do ato cooperativo.

O SR. PRESIDENTE (Zonta. PP – SC) – O próximo orador inscrito seria o Senador Valdir Raupp, mas, como S.Ex^a está com uma entrevista agendada para agora, concederei a palavra, para falar pelo PPS, ao Deputado Arnaldo Jardim, Coordenador de Crédito da Frente, ou seja, quem cuida do dinheiro das cooperativas de crédito esparramadas pelo Brasil.

Com a palavra o Deputado Arnaldo Jardim.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, querido Deputado Zonta, nosso grande Líder no Congresso Nacional. O fato de V.Ex^a estar presidindo esta sessão significa o cooperativismo presidindo o Congresso Nacional, e ficamos muito orgulhosos disso.

Caro Presidente da OCB, Sr. Márcio Lopes de Freitas; caro Vice-Presidente de Agronegócio do Banco do Brasil, Sr. Luiz Carlos Guedes Pinto; Sr^{as}. e Srs. Parlamentares e amigos, quero dizer da alegria de estar ao

lado do mundo cooperativista, como foi mencionado aqui, com dirigentes dos diferentes níveis de responsabilidade, dirigentes singulares, dirigentes estaduais, dirigentes que compõem também o belíssimo – que nos orgulha muito – mundo do SESCOOP, que presta um serviço inestimável à causa do cooperativismo. Por isso, hoje também prestamos homenagem aos 10 anos do SESCOOP.

Vou ser muito breve dentro do espírito que está nos presidindo aqui. Entendo que essa provocação feita pela ACI, dizendo de que forma o cooperativismo combate a crise e nos ajuda a superar esse momento e partir para a denominada recuperação global. A meu ver, é absolutamente conveniente e foi muito sábio isso produzido pela ACI.

Nós devemos responder a isso, como mencionado aqui, com a atividade e o fortalecimento das cooperativas que contribuem para que esse dinamismo seja recuperado.

Duas questões filosóficas parece-me importante mencionar. Primeiro, que esse processo de crise, no meu entender, pode trazer um aspecto muito perverso, uma brutal concentração econômico-financeira em todo o mundo. Estamos assistindo isso no mundo das finanças, com a fusão de bancos; no mundo da produção, com a fusão de uma série de empresas, um processo de concentração. Muitas vezes se tenta vender essa ideia como se fosse constituir grandes empresas com competitividade. Do ponto de vista filosófico, trata-se de um perigoso caminho para a vinda de oligopólios ou monopólios. Um dos antídotos mais eficazes que podemos ter para enfrentar essa questão, não tenho dúvidas, é o cooperativismo. Aos 87 anos, parece ser de idade, mas é jovem como nunca o cooperativismo neste momento de crise.

Outro aspecto fundamental num momento de crise é fazer com que os recursos girem mais rapidamente. Que segmento, que forma de organização do trabalho e da produção não acumula excedentes, mas distribui imediatamente o resultado da sua operação nos diferentes segmentos, na saúde, no trabalho, no setor agropecuário? É o cooperativismo. O dinheiro é imediatamente distribuído e injetado na corrente sanguínea do círculo virtuoso da economia.

Então, esses 2 aspectos, o de combater a concentração econômica e a distribuição imediata de recursos, no meu entender, caracterizam um papel extremamente diferenciado para o cooperativismo no combate à crise. Temos de proclamar e levar isso à sociedade.

Meu caro Luiz Carlos Guedes, que tem esse trabalho que orgulha a todos nós, dentro da sua história, passou pelo Ministério da Agricultura, hoje está no Banco do Brasil, ao saudá-lo, quero saudar a sensibilidade de todos os órgãos públicos do Governo Fe-

deral, dos Governos Estaduais e dos Governos Municipais, para que entendam o aspecto diferenciado do cooperativismo.

Quando se pleiteia aqui tratamento distinto do ponto de vista tributário ou jurídico, não é *lobby* por um setor que estamos fazendo. O que estamos fazendo, sim, é *lobby* por uma forma de organização do trabalho que tem exatamente esse sentido da justiça social do cooperativismo.

Ao saudá-lo, sabemos que estamos amparados para que essa boa mensagem possa contagiar políticas públicas e orientar o comportamento de dirigentes públicos.

Márcio Lopes de Freitas, nosso querido Presidente, amigo de todos nós, que este momento de comemoração seja de reafirmação da fé na sua liderança pessoal e da fé que tenho eu – e acredito temos todos nós – no sistema unitário de representação do cooperativismo. Gradativamente estamos superando incompreensões, muitas vezes até construídas sob uma argumentação ideológica, mas limitada. O cooperativismo é uma consideração de natureza ideológica e a ele não cabe, além de ser cooperativismo, nenhum tipo de adjetivo a mais. Eles distinguem procedimentos, caracterizam posturas diferenciadas, mas a filosofia é a mesma. E se a filosofia é a mesma, nós precisamos perseguir a unidade de representação, para que o cooperativismo possa ter vez e voz e pensar nas políticas públicas.

Por isso que, ao saudá-lo, quero saudar o SESCOOP e registrar alguns avanços significativos. Vou mencionar 3 muito rapidamente. Primeiro, a maneira como conseguimos avançar no cooperativismo de crédito, pela aprovação da lei na Câmara, depois no Senado e agora sancionada pelo Presidente da República, o que dá uma nova conformação para que esse setor possa ter ainda mais dinamismo e maior amparo. Mas tão importante quanto a lei foi o fato de estabelecermos o novo princípio da governança cooperativa acertado com o ente regulador e com o Banco Central, que construiu e demonstrou a todos – e nós sabemos que isso era do conjunto de ramos – que aquela visão de que cooperativismo era uma coisa de amador, artesanal. Disso, queremos preservar o espírito de contato pessoal, humano e solidário, mas não as formas de organização. Queremos ser cada vez mais profissionais, eficazes e eficientes na gestão de cada um dos segmentos. Por isso quero festejar esse avanço.

Segundo, quero cumprimentar todos aqueles que se mobilizaram para que, no plano de safra anunciado, tivéssemos a participação diferenciada do cooperativismo, ali detendo 2 programas específicos, um peso relativo maior. Isso foi muito importante.

Outra iniciativa, tenho certeza, vai contaminar e também está nesse espírito da governança cooperativa: o plano de conformidade que vamos começar a praticar, a OCB, a OCESP, de São Paulo, com relação ao cooperativismo de trabalho. Esse, um patinho feio, mas que queremos mostrar que somos capazes de cuidar da própria casa, fazer com que o espírito cooperativista autêntico ali esteja, para que possamos efetivamente apresentar tranquilamente essa forma de organização a toda a sociedade.

Por conta disso tudo, Deputado Zonta, quero finalizar cumprimentando V.Ex^a Fez bem o Deputado Paulo Piau em frisar isso, inclusive em nosso nome. Certamente todos concordam com o espírito com que V.Ex^a nos tem conduzido para amparar no Parlamento o cooperativismo. Avanços conseguimos e foram importantes, mas aceitamos aquele pacto que V.Ex^a, Presidente Zonta, propôs a todos nós: o pacto pela mobilização. Afora questões como o cooperativismo do trabalho e a lei mencionada pelo Senador Osmar Dias, não vamos sossegar enquanto não aprovarmos o ato cooperativo, relatado agora pelo Deputado Dr. Ubiali, depois virá ao Senado, onde o Senador Casagrande e outros têm feito uma trincheira muito importante de apoio ao cooperativismo. No segundo semestre, com o pacto feito, mobilização total pela aprovação do ato cooperativo.

Parabéns, Deputado Zonta! Parabéns ao Congresso Nacional por homenagear a forma mais democrática, avançada e justa de organização da produção e do trabalho: o cooperativismo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Zonta. PP – SC) – Obrigado, Deputado Arnaldo Jardim, um membro do cooperativismo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Zonta. PP – SC) – Concedo a palavra ao Senador Renato Casagrande, Vice-Presidente da FRENCOOP e que tem a responsabilidade de relatar 2 projetos importantes.

Com a palavra o Senador Renato Casagrande.

O SR. RENATO CASAGRANDE (PSB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Quero cumprimentar o Sr. Presidente, Deputado Zonta, o Presidente da OCB, Sr. Márcio, o Dr. Guedes, os Srs. Senadores, os Deputados e os dirigentes do setor.

Serei sucinto na minha fala.

É uma alegria estar aqui, mais uma vez, reunido em sessão solene desta Casa. Estamos permanentemente juntos, sob a coordenação do Sr. Márcio e do Deputado Zonta, nossos líderes, com quem nos orientamos e a quem seguimos nessa área.

Na condição de Vice-Presidente da Frente, temos participado de debates e eventos importantes do setor, de modo que sabemos o quanto avançamos e

o quanto é necessário ainda avançar. Não podemos deixar de reconhecer o quanto avançamos, como diversos outros oradores reconheceram.

Falarei da importância do cooperativismo. A expressão “impulsionando a recuperação global por meio das cooperativas” traduz muito o que queremos desse novo modelo de desenvolvimento. Precisamos ter clareza de que esse atual modelo de desenvolvimento fracassou. Fracassou na área ambiental, pelos problemas ambientais que temos; fracassou na área social, pela exclusão que nós temos; fracassou na área econômica, pelas crises repetitivas na área econômico-financeira, pois que o lucro e o consumo sem nenhum freio e nenhuma regulação de fato não levam felicidade às pessoas.

O cooperativismo é um dos instrumentos que temos para que esse novo modelo de desenvolvimento possa ser implantado. Esse modelo deve considerar o ser humano o centro do debate de um processo de desenvolvimento com o qual estaremos sempre preocupados. Não dá para se preocupar com outras coisas, com o capital; devemos nos preocupar com o ser humano. A minha certeza, cada vez mais, é de que, ao apoiarmos o cooperativismo, estamos no caminho certo. Porque esse é um dos caminhos, não é o único, que temos, qual seja o da solidariedade, da visão de desenvolvimento, da necessidade de relacionamento, da participação e importância de cada cooperado para que tenhamos uma cooperativa forte.

Precisamos reconhecer a importância do setor. Segundo, o reconhecimento do nosso avanço. Avançamos muito em termos de organização de cooperativa; em setores em que não tínhamos presença; no cooperativismo de crédito, que é o grande exemplo, acho, dos últimos anos; no crédito para o agricultor, dando a ele uma alternativa que não seja só as grandes redes bancárias; na legislação que aprovamos aqui, nos últimos dias, no Senado, de regulamentação do funcionamento das cooperativas de crédito. Isso nos dá segurança.

O Governo ajudou muito. É importante reconhecer que o Governo do Presidente Lula, nesses últimos anos, logo no início, ajudou muito, por meio de decisão política. Com isso, o Banco Central pôde trabalhar na regulamentação das atividades do cooperativismo de crédito.

Então, avançamos no cooperativismo de crédito, na profissionalização dos outros setores de produção, de serviços, na área de educação, que é um outro exemplo importante para o Brasil.

Saímos de um momento em que as cooperativas eram organizadas de forma muito amadora para um momento em que as cooperativas são organizadas de

forma mais profissional, responsável. Hoje, o dirigente cooperativista sabe o que significa a sua função, na medida em que reconhece que é referência na sociedade e o papel das cooperativas no processo de desenvolvimento. Quantas cooperativas são hoje âncoras do desenvolvimento de pequenos municípios, quantas cooperativas agregam valor ao seu produto, geram emprego e industrializam diversos produtos que, no passado, eram exportados pelos municípios *in natura*? Quantas cooperativas são âncoras ao processo de desenvolvimento hoje no nosso País? Quantas cooperativas, vinculadas à OCB e a outras instituições levam esperança, criam ambiente de expectativa e de desenvolvimento econômico?

Quando parece que não há saída, as pessoas se juntam, se organizam; quando as pessoas veem a importância desse trabalho, começam de fato a descobrir os caminhos. Os caminhos são descobertos por meio dessa ação de cooperação e do profissionalismo.

Por isso os sistemas – OCB, SESCOOP – são fundamentais. Não dá para achar que as pessoas têm a visão da importância da ação cooperativista se as pessoas não são formadas. Os dirigentes, os cooperados têm de ser formados. Deve haver uma ação pró-ativa, para que as pessoas abram as suas mentes, criem novas oportunidades onde elas estiverem atuando.

Nesse aspecto, sabedor dos desafios, comemoro o dia de hoje. Fui citado algumas vezes, quando o Senador Osmar Dias, que estava presidindo esta essa sessão, falou do projeto de lei geral do cooperativismo.

O relatório está elaborado. Estávamos buscando até agora um entendimento que pudesse levar a uma facilidade na tramitação da lei geral. Apresentar um relatório para ficar engavetado numa Comissão, por falta de entendimento é muito ruim. Estamos buscando o entendimento. Acho que há entendimento em quase todos os pontos, falta, de fato, entendimento na questão do ato cooperativo, porque, embora haja uma lei que o preveja, uma lei geral não pode deixar de prever a definição. Estamos com o nosso relatório pronto, repito, para ser apresentado e na expectativa de fazer as coisas juntamente com o sistema, porque não dá para fazer sozinho, achando que podemos comandar todo o processo sem que tenhamos o entendimento prévio. Se não tivermos o entendimento prévio, poderemos apresentar o nosso relatório a qualquer momento, inclusive na semana que vem.

Então, estamos prontos para buscar esse entendimento que está difícil de sair por questões muito pequenas. Devemos ainda fazer o último esforço pelo entendimento.

Com referência a outro projeto que relato no Senado, o qual dispõe sobre a regulamentação do cooperativismo de trabalho, já apresentamos um relatório. No entanto, algumas categorias médicas, lideradas pela Federação Nacional dos Médicos, compreenderam que precisam alterar o projeto.

Desse modo, o Senador Mozarildo Cavalcanti propôs uma audiência pública, que foi realizada ontem. Agora, estamos verificando se há a necessidade de algum ajuste. O nosso Presidente Márcio, que já conversou com pessoas do Governo, disse “*se houver alteração aqui vamos tentar agilizar a votação dela na Câmara*”.

Presidente Zonta, nossa tarefa agora é a definição em conjunto. Não quero ser um Relator que toma decisões próprias, sem ouvir a Frente Parlamentar do Cooperativismo, a OCB, a UNICAFES, o próprio Governo, naturalmente, pelos interesses que tem.

Os relatórios de 2 legislações importantes estão prontos. Estamos definindo o momento ideal para apresentá-los. Em breve teremos legislações modernas para regulamentar e regular a vida de todos nós e de todos os senhores que atuam no setor do cooperativismo.

Parabéns a todos pelo trabalho realizado, na pessoa do Márcio, a quem deixo um abraço, e do Zonta, que é um lutador, o nosso Presidente.

Desejo que possamos continuar no caminho que estamos trilhando.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Zonta. PP – SC) – Obrigado, Senador Renato Casagrande, que presta o seu compromisso cooperativista no Senado Federal e no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Zonta. PP – SC) – Concedo a palavra o Senador Valdir Raupp, um cooperativista autêntico também.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar o querente da homenagem, na Câmara dos Deputados, e Presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo, Exmº Sr. Deputado Federal, Zonta; as Srªs. e os Srs. Senadores; as Srªs. e os Srs. Deputados Federais; o Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, Dr. Márcio Lopes de Freitas; o Vice-Presidente de Agronegócio do Banco do Brasil, Sr. Luiz Carlos Guedes Pinto; os presidentes dos sindicatos e organizações das cooperativas brasileiras, em nome do Presidente da OCB de Rondônia, Dr. Salatiel, do meu Estado.

Sr. Presidente, em Rondônia, já temos mais de 100 cooperativas – um Estado novo que já ultrapassa

a barreira das 100 cooperativas organizadas. Mais de 6 mil empregos são gerados pelas cooperativas no Estado de Rondônia. Imaginem – transpondo isso para o Brasil – quantos mil, talvez até mais de um milhão de empregos são gerados neste País.

As cooperativas, em Rondônia, estão sendo muito importantes também na organização das grandes obras no meu Estado, a exemplo das usinas do Rio Madeira, que empregam mais de 20 mil trabalhadores diretos, talvez uns 40 ou 50 mil trabalhadores indiretos. Também têm as cooperativas papel fundamental nessa organização dos trabalhadores no Estado de Rondônia.

A OCB, em Rondônia, em todos os Estados da Amazônia e do Brasil, poderá dar grande contribuição ao aprimoramento do Código Florestal, cuja discussão será muito importante, a exemplo do que ocorreu com a discussão da Medida Provisória nº 458, que dispõe da regularização fundiária, que trouxe um alento a mais de 200 mil pequenos, médios e grandes produtores da Amazônia. Só no meu Estado, mais de 30 mil produtores entre pequenos, médios e grandes estão sendo beneficiados com a regularização fundiária. Da mesma forma, a discussão sobre o Código Florestal será muito importante, a exemplo da regularização fundiária.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, hoje comemoramos o Dia Nacional do Cooperativismo no Senado Federal. O cooperativismo representa a união entre pessoas voltadas para um mesmo objetivo, pela cooperação; busca satisfazer as necessidades humanas e resolver os problemas comuns; tem como fim maior o homem e não o lucro. Uma organização dessa natureza caracteriza-se por ser gerida de forma democrática e participativa, de acordo com aquilo que pretendem seus associados. O cooperativismo é um movimento, filosofia de vida e modelo socioeconômico, capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social. Seus referenciais fundamentais são: participação democrática e solidariedade; independência e autonomia.

Trata-se de sistema fundamentado na reunião de pessoas e não no capital; visa as necessidades do grupo e não do lucro; busca prosperidade conjunta e não individual. Essas diferenças fazem do cooperativismo a alternativa socioeconômica, que leva ao sucesso, com equilíbrio e justiça entre os participantes.

Associado a valores universais, o cooperativismo se desenvolve independentemente de território, língua, credo ou nacionalidade. Somente nesse segmento, existe atualmente 2.300 organizações, que geram cerca de 115 mil empregos e possuem cerca de 2 milhões de associados.

O modelo de organização cooperativa chama a atenção para o fato de poder ser aplicável a qualquer área. É possível dizer que onde houver um problema econômico e social, a cooperação pode ser uma solução. É comum que empresas, em processo de falência, tenham seu controle passado para os trabalhadores, numa cooperativa de produção industrial.

No setor de trabalho, reúnem-se pessoas para prestar serviços de forma terceirizada. Mas, no Brasil, cooperativas de trabalho configuram-se num modelo muito questionado, devido às leis trabalhistas existentes.

Temos que, daqui desta Casa Legislativa, da Câmara Federal, criar as condições necessárias para o cooperativismo lograr êxito e continuar sua contribuição para o desenvolvimento do País.

Vários são os valores que norteiam o movimento. Um deles é o processo democrático, seja para a tomada de decisões, seja para a participação econômica dos membros. Outro é o dever de proporcionar educação, treinamento e informação para os associados. Uma organização, Sr. Presidente, deve cooperar com a outra e fortalecer o movimento, além de trabalhar pelo desenvolvimento sustentável da comunidade.

Se esse modelo surgiu como uma forma de resistência à exploração, em um contexto de luta de classes, hoje se apresenta como uma forma de lutar contra o desemprego. Em comum, nos 2 momentos da história é que podemos pensar o cooperativismo como uma forma de se enfrentar os problemas econômicos e sociais, pelos quais passa boa parte da população.

Quem sabe aumentando o número de cooperativas, dando mais apoio, mais assistência governamental, poderíamos reduzir os gastos com o Bolsa-Família, em combate à pobreza. É justo que as pessoas que não tinham o direito de fazer 3 refeições por dia recebam um auxílio do Governo Federal. No entanto, as pessoas se sentiriam muito mais dignas se tivessem um bom emprego, para não dependerem dos 100 reais do Bolsa-Família.

Diferentemente de outras lutas, o homem viu no cooperativismo a solução de seus problemas socioeconômicos, pois a cooperativa não é uma organização assistencial nem presta serviços gratuitos para seus associados. O dever da cooperativa e sua principal finalidade é prestar serviços aos seus associados, pelo menor custo possível e o máximo de satisfação.

Sr. Presidente, era o que eu tinha a dizer no momento.

Congratulo-me mais uma vez com os dirigentes e associados de cooperativas de todo o Brasil.

Parabéns, Presidente Zonta, Sr. Márcio, enfim, todos aqueles que fazem do seu trabalho a luta pelo cooperativismo brasileiro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Zonta. PP – SC) – Obrigado, Senador Valdir Raupp, que mais uma vez configurou seu conhecimento e seu compromisso com o cooperativismo, não só de Rondônia, como de todo o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Zonta. PP – SC) – Estava inscrito o Deputado Duarte Nogueira – por uma questão de justiça fazemos essa citação -, mas, como chegou o horário do seu voo, S.Ex^a deixou sua saudação e um abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Zonta. PP – SC) – O último Parlamentar inscrito é o Senador Arthur Virgílio, a quem concedemos a palavra neste momento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ilustre Deputado Odacir Zonta; Sr^{as}. e Srs. Senadores; Sr^{as}. e Srs. Deputados Federais; Dr. Márcio Lopes de Freitas, Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB; Dr. Luiz Carlos Guedes Pinto, Vice-Presidente de Agronegócios do Banco do Brasil; senhoras e senhores presidentes de sindicatos e de organizações das cooperativas brasileiras; com muito afeto, refiro-me ao Presidente da FRESCOOP no Amazonas, Petrúcio Magalhães; Deputado Luiz Castro, que me iniciou nessa questão do cooperativismo, Deputado Estadual dos mais ilustres e sérios com que conta a Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas; Diretor da Federação Norte da OCB, meu prezado amigo Merched Chaar, senhores convidados, enfim, todos que têm interesse por esse tema tão vasto e ao mesmo tão cativante porque tão profícuo para a economia brasileira.

Sempre disse a Merched Chaar, a Petrúcio e sobretudo a Luiz Castro que eu tinha, e tenho, ainda, pouca intimidade com o tema. Lembro-me de um momento, eu era Deputado Federal, no Governo Sarney, quando eu era Vice-Líder do MDB, o partido que havia congregado as forças mais relevantes para o enfrentamento ao regime autoritário. O Ministro da Agricultura, da transição democrática, que tinha que ser apoiada, era o Senador Pedro Simon. Eu estava numa sessão do Congresso – havia muita sessão do Congresso, à época -, no plantão da Liderança, e apareceu um ataque à administração do hoje Senador e então Ministro Pedro Simon – ele era Senador também -, e obviamente que uma pessoa urbana como sou, dessas que se tiram do barulho de buzina e a poluição, começo a ter problema de saúde, recorri à assessoria do Ministério da Agricultura. Estava presente um Deputado do PDS do Rio Grande do Sul que queria desgastar o Ministro da Agricultura. Sabia aquele

Deputado da minha especificidade urbana e disse que eu não sabia a diferença entre uma semente de soja e uma semente de não sei o quê. O que era absoluta verdade. Se me mostrassem as 2 sementes, eu não saberia identificá-las, como, aliás, não sei até hoje. Disse eu então: *“Fico feliz que V.Ex^a tenha feito comparação com 2 sementes”*. E ele falou: *“Vou trazer 2 sementes para V.Ex^a identificar”*. E eu disse: *“Fico feliz que V.Ex^a, decoroso como é, me faça mostrar a minha ignorância com coisas tão pequenas. Duro para o Congresso e duro para a segurança da Casa seria que V.Ex^a duvidasse dos meus conhecimentos de agropecuária: V.Ex^a traria uma vaca para cá, para que eu dissesse se era um bezerro, se era uma vaca, enfim. Graças a Deus V.Ex^a está discutindo sobre semente comigo. Imaginem – seria uma cena inusitada – entrar com uma vaca pela coleira; seria uma coisa estranha no Congresso Nacional, que tem vivido momentos muito estranhos.*

Este é o momento em que travo uma luta contra uma máfia aqui nesta Casa. E a máfia já foi desmontada em parte, e vai ser desmontada num todo. Eu não poderia esperar flores dessa dela, que teria de me alvejar de algum jeito. Mas a resposta vai ser cada vez mais dura, pois que não nasci com compromisso com o silêncio, nasci com o compromisso com a voz. Até me constrange pessoas que deixam de falar quando deveriam fazê-lo, talvez com medo de serem alvejadas. Acabei de dizer que nessa luta há 2 hipóteses – espero que politicamente, claro: ou essa gente me mata, ou essa gente vai morrer, e o Senado vai se livrar desse tumor que tem feito tão mal à democracia. No mais, podem difamar à vontade; no mais, podem contratar revista do que quiser, inclusive a do Cebolinha, o que quiserem! Sei que o Maurício de Sousa não merece nem que eu faça comparação, porque é um homem direito, um homem de bem.

Como não posso me dispersar, só estou pronto para 2 coisas, não adianta ficar pronto para 20, pois acabo não fazendo as outras 18. Estou pronto, repito, para 2 coisas: uma delas, para o que der; outra, para o que vier.

Enfim, sou exatamente como sou, já não tenho mais idade para mudar; o Senado é que precisa mudar. E o Senado não mudará, se não investigarmos cumplicidade possível de Senadores com essa máfia, porque não acredito que tenham roubado tanto sozinhos, enquanto não demitirmos quem merece, a bem do serviço público. Se o preço é eu ter de ouvir improprio desqualificado, vou ouvir e vou dizer tudo o que tenho de dizer o tempo inteiro em seguida, do jeito que o meu Estado me conhece muito bem – o Merched, o Petrúcio, o Luiz Castro –, do jeito que eu suponho até que o Brasil conheça também.

Antes de mais nada, eu gostaria de dizer que sempre cobro que me abasteçam com dados, para que eu possa representar bem o cooperativismo, sobretudo com vistas ao bem-estar do meu Estado e da minha gente. De certa forma, isso tem sido feito pelo Luiz Castro, pelo Merched e pelo Petrúcio. A primeira coisa a dizer é que vou me informar com o Senador Jefferson Praia, meu querido colega de bancada, sobre o resultado do café da manhã de hoje. De antemão, digo que assumo, respeito, acato e cumprirei a agenda legislativa proposta nesse café da manhã. É um compromisso que vamos assumir e levá-lo à prática, trazê-lo à luta, para aprovação do projeto de lei, à luta na tribuna, pelo esclarecimento. Enfim, é um compromisso.

Hoje comemoramos, com esta sessão solene, o Dia Internacional do Cooperativismo, imagino que talvez o certo seja falar sobre a força, o seu significado na economia mundial e na economia nacional.

Em primeiro lugar, opto por destacar o cooperativismo no meu Estado, onde, além do que o setor representa para economia do Amazonas, é conhecido o trabalho social que ali desenvolvem as muitas cooperativas estabelecidas no Estado.

Conheço e acompanho o trabalho que, naquela região, é organizado pela Organização das Cooperativas do Estado do Amazonas, hoje presidida pelo Dr. Petrúcio Magalhães, bem com o apoio que o setor recebe do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Amazonas.

Saúdo igualmente o sindicato da categoria, que também tem à frente o Dr. Petrúcio. Estive na sua posse e percebi algo que já sabia: percebi o prestígio do Sr. Luiz Castro, no setor; percebi uma verdadeira adoração pela figura do Merched Chaar; percebi o entrosamento entre quem entrava e quem saía. Sobre tudo, notei que as pessoas mais humildes da OCB no Amazonas eram as mais comovidas com a atuação do Merched.

Lembro-me de uma frase de um adversário e amigo do meu pai, aqui do Senado, chamado Daniel Krieger. Ele dizia que todas as pessoas deveriam ser, em algum momento, arrogantes, e todas deveriam ser, em algum momento, humildes. De modo geral, as pessoas que ele conhecia eram humildes com os poderosos, e arrogantes com os humildes. E ele procurava ser – e ele era assim – humilde com os humildes e arrogante com os poderosos. Percebo muito bem quando alguém trata bem as pessoas, e isso se refletiu naquela emotiva despedida do Merched.

Cito o trabalho, cujo título não sei, de uma professora, se não me engano, da USP, sobre supostas pessoas invisíveis. Ela, muito querida, muito respeitada, muito festejada por todo mundo, travestiu-se de funcionária

de limpeza urbana, de serviços gerais, enfim, de gari. Mexeu no cabelo, colocou uma touca, vestiu a farda. Passava perto de colegas, de funcionários, de alunos, mas ninguém falava com ela. Então, aos poucos, ela foi desfazendo sua fantasia – digamos, a sua *persona* –, foi soltando o cabelo, tirou a touca, deixou de andar menos curvada, menos humilhada, menos escondida, mas com a roupa de gari, ali, pertinho de colegas. Ninguém falava com ela e ninguém a cumprimentava. Ela então pensou: *“Agora, vou passar perto deles como sou”*. Vestiu sua roupa. Acabaram as suas férias – o tempo que havia pedido para fazer o trabalho –, e ela, com sua roupa normal, com seu traje de professora, ouviu: *“Professora, onde passou as férias? Como foi o trabalho? Escreveu tudo? Não escreveu?”*

Com isso, ela mostrou que na nossa sociedade, que é muito injusta, há pessoas invisíveis, pessoas que não são visíveis. Eu, por exemplo, que falo com todo mundo – até porque sempre fui assim –, noto, nesta hora de crise aqui no Senado, que uma grande maioria tem muito prazer em falar comigo, mas tem uma minoria que não tem – talvez a minoria beneficiada por esse esquema que, de toda maneira, vai ruir, vai cair.

Se eu fosse daqueles que não cumprimenta ninguém, talvez não notasse, mas como cumprimento todos, percebo exatamente essa minoria descontente. Obviamente que quem perde vai perder mesmo – boca rica tem é mesmo que ficar descontente. Uns são falsos, ficam por trás; outros, mais ostensivos, não são obrigados a me cumprimentar. Mas eu percebo.

Então, para o Merched, não há pessoas invisíveis. Essa é uma prova do seu espírito democrático, da sua grandeza humana.

Sr. Presidente, louvo a iniciativa da criação de uma data para o cooperativismo. O Dia Nacional do Cooperativismo é comemorado no mundo inteiro. A data, 4 de julho, homenageia o primeiro movimento cooperativista que resultou na criação, em 1844, da Cooperativa de Rochdale, bairro da cidade de Manchester, na Inglaterra. A cooperativa que nasceu desse movimento iniciou atividades poucos meses após, na mesma cidade inglesa. Ali, 27 tecelões e uma tecelã fundaram a sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale. Cada um entrou com 1 libra esterlina mensal que conseguiam economizar. Foi uma iniciativa tímida, com 1 libra de cada cooperado, mas vitoriosa. Ainda no primeiro ano de sua existência, o capital social da cooperativa já era de 180 libras. Dez anos depois, contava com o expressivo total de 1.400 associados.

Destaco nesta sessão a presença de uma mulher naquele gesto pioneiro que haveria de correr o mundo, transformando-se na grata realidade dos dias atuais. A mulher, anos mais tarde, haveria de lutar por

uma presença mais significativa em todos os setores da atividade. O exemplo veio de lá, de humildes trabalhadores em tecelagens, e a mulher, hoje presença vitoriosa na economia e em todos os setores de trabalho, lá estava de forma pioneira.

No cenário do cooperativismo nacional só temos motivos de júbilo. Em todos os pontos do País, os exemplos apontam o cooperativismo como iniciativa que, além de exercer presença e significado na economia, abrange o social, meta perseguida por todos os povos – e deveria ser meta perseguida por todos os governos.

O Parlamento brasileiro, que hoje rende homenagem a quantos trabalham em empresas organizadas sob base cooperativa, jamais deixou de apoiar o movimento. Na Câmara, por exemplo, existe desde 1987 a Frente Parlamentar do Cooperativismo. Entre os objetivos da Frente, destaco seu empenho em favor de uma sociedade mais democrática, cidadã e justa.

Não consigo entender que se possa viver numa sociedade democrática, cidadã e justa sem permitir ao pequeno que ele cresça. É precisamente esse o espírito que vejo mais claro, mais nítido no esforço pelo cooperativismo.

Em meu Estado, vejo exemplos encorajadores, todos vitoriosos. Isso é tão mais significativo quando se sabe que o Amazonas e a Região Norte são as regiões mais carentes do País. O cooperativismo, que convive com todas as demais atividades econômicas baseadas no capital, é sem dúvida caminho que deve, cada vez mais, ser buscado e estimulado.

No mundo, são 750 mil cooperativas funcionando, com torno de 750 milhões de cooperados. No Brasil, as quase 6 mil cooperativas com que contamos, de Norte a Sul, reúnem 5 milhões de cooperados, representando já, a essa altura, 6% do significativo Produto Interno Bruto brasileiro. Não é nada pouco, embora seja pouco em relação à ambição que devemos nutrir em relação a uma economia que é tão democrática, como a economia oriunda do cooperativismo.

No conjunto, está em jogo aí algo acima ou um pouco abaixo de 220 mil empregos, com uma participação de 3.3 bilhões de dólares na nossa balança comercial, a título de exportações. Aqui, pouco menos da metade das cooperativas inserem-se como cooperativas de trabalho, vindo a seguir as cooperativas agropecuárias. O número de cooperados concentra-se principalmente nas cooperativas de consumo, e as que mais empregam são as cooperativas agropecuárias.

No meu Estado, contamos com 103 cooperativas e em torno de mais de 17 mil cooperativistas. O bom resultado de suas atividades decorre em muito do apoio da orientação da OCB Amazonas.

Ao encerrar, saúdo mais uma vez o Dr. Petrúcio, Presidente da OCB AMAZONAS. Meu apreço é extensivo a todos que labutam em torno Daquela ideia de Rochdale, de Manchester, uma ideia que deu certo.

Portanto, desejo que esse meu adversário de tantos anos esteja vivo e gozando de saúde. Mesmo com dificuldade de identificar, de fazer a separação entre uma vaca e um carneiro – até porque existe uma participação urbana muito forte, por isso ressalto o valor do agronegócio para a economia brasileira –, quero atuar, participar com o coração. Não se pode entrar em luta pela metade. Não sou muito a favor de ficar entrando em tudo que é frente – às vezes, por um pedido de um colega, de um grande amigo, entramos, porque não prejudicamos, mas não ajudamos, assim, porque não participamos, não atuamos. Então, não entro se não for para atuar.

Neste caso, tenho vontade efetiva de aprender, de ser abastecido com dados, de participar do cooperativismo. Para ser tautológico, percebo que temos que aumentar a participação na pauta de exportações e, portanto, uma presença maior na balança comercial brasileira. Temos que estimular a criação de mais empregos por essa via tão democrática, dando oportunidade a setores de se organizarem com vistas ao crescimento. Entendo que todo aquele que é micro deve aspirar virar pequeno, depois médio e, se tiver ambição, saúde, determinação, virar grande.

Não criminalizo o enriquecimento. O enriquecimento que eu criminalizo é aquele que foi praticado aqui dentro, ou seja, o enriquecimento ilícito, à base da prática nojenta de surrupiarem dinheiro público, mas a prosperidade que vem do trabalho, da produção, da produtividade, ao contrário, eu estímulo. Não é o que perseguiria para mim, até porque não tenho vocação empresarial, mas é algo que eu estímulo, por entender que temos exemplos fantásticos, nos Estados Unidos, por exemplo.

No Brasil, vemos ainda a pequena empresa como algo que é sinônimo de tecnologia atrasada, de pouca capacidade exportadora. Nos Estados Unidos, a pauta de exportações daquela grande economia, em grande parte, é moldada pela atuação das pequenas empresas, e não vejo incompatibilidade entre ser pequeno e trabalhar com tecnologia de ponta. Só a empresa que está no fundo de quintal, premida muitas vezes pela carga tributária exorbitante cobrada aos cidadãos deste País, às empresas deste País, só mesmo essa empresa não evolui tecnologicamente. Isso, além de prejudicar a previdência, os trabalhadores, que ficam sem cobertura previdenciária, sem direito a uma aposentadoria, faz com que essa empresa fique tolhida na sua capacidade de crescer tecnologicamente. Esse é o grande drama.

Ao passo que, se nós soubermos trazer para a luz do dia cada vez mais um número maior de pequenas empresas, se soubermos dar a elas a possibilidade de crescer tecnologicamente, essas empresas haverão de se reproduzir e crescer e, crescendo, prosperar e, prosperando, fazer o Brasil gerar empregos de maneira mais abundante e democrática, porque as pequenas empresas são grandes geradoras de emprego.

A tecnologia, num primeiro momento, é inimiga de um número maior de empregos, mas ao longo do tempo, pelo que ela gera de exportações, pelo que ela gera de emprego nas importações, ela termina movimentando a economia de maneira tão mais ampla, tão mais forte que, uma grande empresa que antes empregava 3 mil pessoas e hoje, para funcionar, precisa de mil, ela está indiretamente gerando muito mais do que 2 mil empregos. Ou seja, a saída não é ser arcaico, é trabalhar com o que precisa e fazer crescer o bolo da economia, porque, em efeito multiplicador, mais empresas nascerão em decorrência do crescimento dessa empresa que soube se tecnologizar na medida certa.

Portanto, quero saudar o Dia Internacional do Cooperativismo – que não é hoje, já passou -, dizendo que fico feliz por perceber o cooperativismo tão organizado, prezado Zonta, e tão crescente no Brasil como bastante organizado já e, sem dúvida, crescente no meu Estado, o Amazonas.

Muito obrigado, Presidente.

Era o que tinha a dizer. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Zonta. PP – SC) – Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio. V.Ex^a está realmente incorporando o compromisso cooperativista.

O SR. PRESIDENTE (Zonta. PP – SC) – Com a presença nesta sessão solene do Senador Marconi Perillo, Vice-Presidente do Senado, concedo a palavra a S.Ex^a.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exm^o Sr. Deputado Federal Odacir Zonta, Presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo; caríssimo amigo Márcio Lopes de Freitas, Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB; prezado Sr. Luiz Carlos Guedes Pinto, Vice-Presidente do Agronegócio do Banco do Brasil; Sr^{as}. e Srs. Senadores e Deputados; prezados goianos aqui presentes – Antônio Chavaglia, Presidente da OCB, Ximenes e outras personalidades do cooperativismo brasileiro e goiano.

É com satisfação que, mesmo rapidamente, participo desta sessão conjunta do Congresso Nacional, que tem por objetivo comemorar o 87^o Dia Internacional do Cooperativismo.

O cooperativismo foi, e com certeza e continuará a ser, um instrumento relevante e importante para o Desenvolvimento e o crescimento da economia do meu Estado. Economia esta ancorada no agronegócio, mas também nos serviços mais variados. E foi graças ao cooperativismo que o Estado de Goiás chegou ao patamar e aos níveis de hoje. Estado que cresce o dobro da média nacional, que tem uma capilaridade muito grande neste segmento. Para se ter uma ideia, nós temos 220 cooperativas no Estado, com cerca 70 mil associados e 7 mil empregos diretos.

A OCB, em Goiás, é muito bem dirigida pelo Dr. Antônio Chavaglia, que levou para o Estado também inúmeras iniciativas que destacam o cooperativismo, dentre elas, a *Agrishow* Rio Verde.

Mas seria importante lembrar o pioneirismo dos holandeses que chegaram em Goiás por volta de 1956, iniciando na cidade de Rio Verde o cooperativismo.

Goiás conta hoje com cooperativas muito bem estruturadas em todos os segmentos. Eu, particularmente, sou um defensor do cooperativismo e me especializei muito quando era Deputado e depois, quando Governador do Estado, procurei colaborar muito com o cooperativismo. Na época tinha muito interesse em relação ao cooperativismo de crédito. Estimulei o surgimento de inúmeras cooperativas de crédito no meu Estado. Além de ter apoiado sempre o cooperativismo do agronegócio, as cooperativas médicas, dentre outras.

Isso cominou com a criação da lei goiana do cooperativismo. Quando sancionei a lei e ela passou a dar os seus benefícios, tive a honra de contar com a presença do Dr. Márcio, que foi lá especialmente para prestigiar e acompanhar aquela iniciativa, que foi pioneira e fundamental para o fortalecimento do cooperativismo em Goiás e no Brasil.

Hoje, todos nós, Presidentes Márcio e Zonta, estamos aqui no Senado, eu e muitos outros colegas, absolutamente comprometidos com a Lei do Cooperativismo, com a sua aprovação e, consequentemente, com o seu funcionamento e entrada em vigor, inclusive contando com a questão do ato cooperativo.

Tenho acompanhado o trabalho do Senador Osmar Dias e da Senadora Kátia Abreu. Associo-me sempre às iniciativas deles. Pertencço também à Frente Cooperativista do Congresso Nacional e participo da Frente em Defesa do Agronegócio, aqui no Congresso Nacional.

Para encerrar, quero afirmar, mais uma vez, o meu compromisso com o cooperativismo, o meu compromisso com o agronegócio.

E, por fim, parabenizá-los pelo trabalho que realizam em todos os cantos do Brasil, ajudando na constru-

ção, no crescimento e no desenvolvimento efetivo. Não no desenvolvimento retórico, mas no desenvolvimento prático, efetivo desse nosso grandioso País.

Muito obrigado pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Zonta. PP – SC) – Obrigado, Senador Marconi Perillo, que já provou com seus atos o seu compromisso com o cooperativismo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Zonta. PP – SC) – Concedo a palavra ao nobre Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PRB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores e Deputado, senhores presentes, senhores telespectadores da *TV Senado*, ouvintes da *Rádio Senado*, querido Deputado Federal, Zonta, que hoje preside, com tanto brilhantismo, esta sessão, Sr. Márcio Lopes de Freitas, Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras, e Sr. Luiz Carlos Guedes Pinto, Vice-Presidente do Agronegócio do Banco do Brasil.

Eu não serei fastidioso, porque a sessão já se longa e imagino que os senhores já estejam cansados de ouvir discursos de solidariedade. Queria apenas fazer uma pequena reflexão.

Qual o grande problema do nosso País? Onde está a origem de tanta violência, de tanto narcotráfico, de tanta frustração dos nossos jovens, de tantas favelas, de tanta miséria, de tantos muros pichados e calçadas quebradas que nos envergonham a todos, num País tão rico, com um déficit habitacional de milhões de unidades? Está na nossa histórica, permanente, quase que invencível concentração de poder e renda.

Poucos brasileiros, Senador Marconi Perillo, têm a grande riqueza do País. A nossa dívida, a minha dívida, a dívida do Deputado Zonta, a dívida dos Srs. Cooperativistas, de todos nós, brasileiros, está hoje em 1 trilhão e 300 bilhões, que é a dívida pública. Ela é remunerada com os juros, agora abaixo de 10% em 1 dígito, 9%, em torno disso, que são os juros do COPOM.

Portanto, em número redondos – 10% – temos que pagar este ano 130 bilhões. Temos que dar um jeito de pagar isso, e vamos pagar, temos pago. Agora, para quem pagamos, 80% dessa dívida, pertence a 10 mil famílias brasileiras, 80% de 1 trilhão e 300 bilhões pertencem a 80 mil famílias brasileiras. Porque o é Brasil extremamente concentrado. O setor financeiro, com os 3 ou 4 maiores bancos do nosso País: BRADESCO, Itaú, que agora comprou o UNIBANCO, e Santander; o setor industrial, o setor de alumínio, a Alcan, a Alcoa, o setor de aço, o grupo Votorantim e o cimento, enfim, vamos ver que temos uma concentração brutal de riqueza, de renda, de poder, e isso é uma vocação natural dos brasileiros. Eu não sei se é porque nós nos

acostumamos a isso no período imperial, mas até na reforma política nós queremos concentrar na mão dos grandes partidos todo fundo partidário, todo o tempo de televisão. É uma compulsão obsessiva que às vezes eu não consigo entender.

Ora, como desfazer isso? Seguindo os princípios da Bíblia Sagrada. Os princípios da Bíblia Sagrada são eternos e eles pregam o quê? Eles pregam o cooperativismo. Moisés, 6 mil anos atrás, quando começou a idealizar o arcabouço das instituições do povo hebreu, ele instituiu o quê? As regras de cooperativismo.

Por exemplo, há na Bíblia um mandamento, Deputado Zonta, de que quando nós fôssemos chegar ao campo com a sacola tirando espigas, então as que caíssem no chão pertenciam aos pobres, pertenciam aos pássaros e a terra.

A Páscoa é a maior festa nacional que até hoje se comemora. Entre o povo hebreu não podia jamais ser comemorada apenas uma em uma família. Tinha que reunir as famílias. De 7 em 7 anos se perdoavam todas as dívidas – e 7 x 7 é igual a 49 – e em 49 anos se perdoava toda a servidão. Não havia servidão.

De tal maneira, que o que se buscava com aquilo era exatamente os princípios para evitar a concentração de poder. E quando o povo na Bíblia pede um rei, então o Profeta Samuel consulta Deus e a resposta é fantástica: Deus não quer que nós tenhamos um rei. Por que não? Todas as nações têm um rei! Por 3 razões: primeiro porque o rei irá pegar os filhos mais fortes, mais vigorosos e vai colocar na sua guarda, no seu exército, para conquistar outras nações. Nossos filhos vão à guerra. As nossas filhas mais formosas, as mais lindas, as mais delicadas que, de tanto mimo incapazes seriam de colocar a planta do pé no chão, estas vão para o harém. O rei vai reuni-las no harém. E de tudo que plantarmos e produzimos, o melhor vai para a mesa do rei.

O povo insistiu. O povo insistiu e começou a história dos reis hebreus, que é a história mais dramática, é um oceano de fracasso, é um Himalaia de frustrações, inclusive do próprio Rei Davi, que foi o maior deles, de Salomão, de todos. Foram homens de haréns, de mil mulheres, de conflitos na família, de muito sangue, uma história de fracasso, inclusive quando há cisma e o reino se divide no reino de Judá e reino de Israel.

Ora, o que precisamos no Brasil? Precisamos distribuir riqueza, e quem melhor distribui riqueza? As cooperativas. Por isso não poderíamos deixar de estar aqui e aplaudir, incentivar e dizer que, neste Senado, sou um servidor fiel ao cooperativismo.

Já existem diversos projetos e voto a favor de todos, porque verifico que é a melhor maneira, sem sombra de dúvidas, de construirmos um Brasil melhor

e deixar para os nossos filhos condições mais propícias de eles terem meios de cumprir, de praticar as virtudes e servirem com inteligência, na extensão dos seus talentos, à humanidade.

Deputado Zonta, receba os cumprimentos do meu partido, o PRB, e do Vice-Presidente José Alencar, que é o maior produtor da indústria têxtil no País, mas é a personificação de tudo isso que eu disse. Porque é um sujeito que sempre viveu para a empresa. José Alencar é o maior produtor da indústria têxtil na América Latina. A rede de magazines Wal-Mart, nos Estados Unidos, é a maior. O Wal-Mart vence o ano com um faturamento de 600 bilhões de dólares. É uma coisa extraordinária, é metade do PIB do Brasil.

Pois bem, em todos esses supermercados há uma área reservada para a empresa do Presidente José Alencar, que é a maior nos Estados Unidos, nos produtos de cama, mesa e banho. Agora vocês já viram nesse brasileiro qualquer manifestação de ostentação. Já viram nesse brasileiro? Não. Todo lucro é revestido nas empresas, nos funcionários, que tem assistência médica, funcionários com 30 anos de serviço. Quando hoje, com o capitalismo desalmado, nós vivemos motivados pelo sistema financeiro, e as empresas nem deixam o funcionário completar 3, 4 anos e já mandam embora, contratam outro com menor salário, ou então terceirizam mão de obra. Até a PETROBRAS, meu Deus do céu, terceiriza mão de obra. O que é isso?

Eu sei que tem até cooperativa de terceirização de mão de obra, mas me perdoem! Não é esse o princípio. Eu estou aqui, devotada e solenemente empenhando minha palavra e meu mandato, no sentido de que os princípios do cooperativismo, da distribuição de renda, da divisão de riqueza, de um Brasil mais igualitário, sejam os princípios que defendo como a santidade de um dogma religioso, porque votar contra isso, agir contra isso é agir contra o Brasil. Contra os direitos subjetivos das futuras gerações. É um crime de lesa-pátria nesse País, no nosso Brasil.

Deputado Zonta, eram essas minhas palavras, minhas considerações e muito obrigado pelo tempo, pela generosidade de V. Ex^a, muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Zonta. PP – SC) – Obrigada Senador Marcelo Crivella, que realmente fez uma invocação fortíssima de compromisso com o cooperativismo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zonta. PP – SC) – Antes de encerrarmos esta sessão – logo depois haverá o ato de assinatura do protocolo -, nada mais justo do que ouvirmos o Líder maior do cooperativismo, Presidente da OCB, Márcio Lopes de Freitas. (*Palmas.*)

O SR. MÁRCIO LOPES DE FREITAS – Sr. Presidente, Deputado Zonta, em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar e agradecer V. Ex^a por todo o trabalho na Presidência da Frente Parlamentar do Cooperativismo, na coordenação dos trabalhos desta sessão e dizer que V. Ex^a fica muito bem nessa mesa, essa cadeira lhe cai muito bem. Então, pode-se pensar nisso para o futuro.

Quero cumprimentar meu amigo Luiz Carlos Guedes, Vice-Presidente do Banco do Brasil, o representante do Ministro da Agricultura, nosso companheiro, nosso cooperativista também, sempre um grande aliado.

Deputado Zonta, quero fazer um agradecimento muito especial aos meus presidentes, aos presidentes das organizações estaduais aqui presentes. Agradeço a cada um que se motivou e esteve aqui motivando os seus Parlamentares para participarem conosco. Pela presença, agradeço ao Petrúcio, do Amazonas; ao Gilcimar, do Amapá; ao Salatiel, de Rondônia; ao Roberto Coelho, do Rio Grande do Norte; ao Sílvio, de Roraima, de onde começa o Brasil; ao Dr. Erivaldo, do Pará; ao meu amigo Antônio Chavaglia, de Goiás; ao Ricardo, do Tocantins; ao Roberto Marazi, do DF; e ao José Milton, do Sergipe. Acho que não esqueci nenhum dos presentes. Agradeço a todos vocês a presença, o empenho.

Deputado Zonta, quero dizer que estou emocionado com o compromisso e com o comprometimento de todos que aqui se pronunciaram, todos os Deputados e todos os Senadores que firmaram aqui, nesta comemoração, um compromisso com a nossa frente parlamentar, com o nosso movimento cooperativista. Isso nos impulsiona e nos dá ânimo para continuar trabalhando para que o movimento cooperativista alcance degraus cada vez mais altos, ocupe cada vez mais espaços, como esses espaços que aqui foram citados – e não quero repetir todas as condições citadas.

Quero, sim, agradecer – e muito – ao Congresso Nacional, aos Deputados e Senadores, ao movimento cooperativista por esta oportunidade histórica de estarmos comemorando o 87º aniversário do cooperativismo aqui no Congresso Nacional. Faço isso em nome de todo o movimento cooperativista brasileiro, em nome desses líderes, de cada liderança do ramo do cooperativismo, de cada cooperativista do sistema.

Fica o meu agradecimento ao Congresso Nacional por esta honraria que presta ao cooperativismo. Queremos e precisamos muito da ajuda deste Congresso, porque queremos marcos legais, leis cada vez melhores. É importante para nós, Deputado Zonta,

mas queremos leis melhores, não leis piores para o cooperativismo. Por isso, elas têm que ser discutidas, debatidas e evoluídas.

Posso assumir, diante do movimento cooperativista, que nós temos um compromisso de impulsionar a recuperação global por meio das cooperativas. E o movimento cooperativista é o parceiro, sem dúvida alguma, correto para Governos sérios e transparentes. E nós queremos ser esses parceiros, porque queremos um Brasil mais desenvolvido, um povo mais feliz através do cooperativismo.

Muito obrigado pela homenagem que nos prestam, e viva o cooperativismo! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Zonta. PP – SC) – Agradeço ao Presidente Márcio Lopes de Freitas, líder maior do cooperativismo.

O SR. PRESIDENTE (Zonta. PP – SC) – Agradecemos a cada um dos representantes de cooperativas de cada Estado brasileiro, aos Deputados e Senadores que aqui compareceram e usaram da palavra. Vejo o Senador Eduardo Suplicy e o Senador Augusto Botelho trazendo sua mensagem.

Por uma questão de respeito, vejo que o Senador Suplicy gostaria de utilizar a palavra, rapidamente, antes de encerrarmos definitivamente a sessão.

É justo que concedamos a palavra ao Senador Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Zonta. PP – SC) – Concedo, portanto, a palavra ao Sr. Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Prezado Presidente, Deputado Odacir Zonta, Sr. Presidente da OCB, Márcio Lopes, representantes do Ministro da Agricultura, senhoras e senhores, quero cumprimentar todos aqueles que batalham pelo cooperativismo no Brasil.

Eu tive alguns diálogos com o Presidente Márcio Lopes, da OCB, que conhece o assunto. Apresentei projeto de lei que justamente procura definir as normas sobre o funcionamento das sociedades cooperativas. Temos tido oportunidade de conversar com o Senador Osmar Dias, que apresentou uma outra proposição, e com o Senador Renato Casagrande, Relator, que não apresentou formalmente o seu parecer, estamos aguardando. Mas, nos diálogos havidos, inclusive com o Dr. Guedes, com o Ministério da Agricultura, com o Ministério da Fazenda, com o Ministério do Trabalho, com o Secretário Nacional de Economia Solidária, Prof.

Paul Singer, um entusiasta do cooperativismo, todos nós procuramos chegar a um entendimento para que em breve tenhamos aqui a nova legislação sobre as sociedades cooperativistas.

Estamos próximos de um entendimento que leve em consideração o preceito constitucional de se respeitar a liberdade de organização das cooperativas, a sua filiação a diversas entidades, dentre as quais a OCB se distingue, inclusive tendo na sua história uma pessoa como o ex-Ministro Roberto Rodrigues, que foi seu presidente e muitas vezes participou desse diálogo.

Então, quero aqui registrar o quanto avalio como importante estar a sociedade brasileira, através do Poder Executivo e do Poder Legislativo, estimulando formas cooperativas de produção, de crédito, seja na agricultura, seja na indústria, no comércio, no artesanato, enfim, nas mais diversas atividades, à luz do ensinamento e da experiência de microcréditos no mundo, desde o Grameen Bank até as experiências do CREDIAMIGO. Quer dizer, na hora em que o Governo procura estimular os micros e pequenos empresários, pode também, por meio do microcrédito, estimular que pessoas se reúnam em cooperativas até para que as decisões sobre produção e distribuição do resultado da riqueza gerada possam ser tomadas da forma mais democrática possível, contribuindo assim para que o Brasil se torne uma nação com a aplicação dos princípios de justiça.

Meus cumprimentos a todos que batalham pelas formas cooperativistas de produção. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Zonta. PP – SC) – Obrigado ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Zonta. PP – SC) – Agradecemos, portanto, a todos os Deputados, Senadores, cooperativistas e ao Dr. Luiz Carlos Guedes, que inclusive abriu mão de usar a palavra.

Antes de encerrar a sessão, convidamos os presentes para o ato de assinatura do Protocolo, que será no salão do café do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Zonta. PP – SC) – Declaro encerrada a sessão solene de homenagem ao cooperativismo.

Viva o cooperativismo brasileiro!

Obrigado. *(Palmas.)*

(Encerra-se a sessão às 12 horas e 57 minutos.)

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Marco Maia (PT-RS)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Odair Cunha (PT-MG)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Mão Santa (PMDB-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Patrícia Saboya (PDT-CE)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado André de Paula (DEM-PE)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Raimundo Colombo (DEM-SC)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Tadeu Filippelli (PMDB-DF)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Severiano Alves (PDT-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 07.05.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL
COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Deputado José Paulo Tóffano (PV - SP) ¹²
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB - CE) ¹²
Vice-Presidente: Deputado Germano Bonow (DEM - RS) ¹²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ⁶ (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY ⁸ (PSOL/PA)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC) ¹⁰	1. MOACIR MICHELETTO ⁷ (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
IRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES) ¹¹
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. LEANDRO SAMPAIO ⁵ (PPS/RJ)
GERALDO THADEU ⁹ (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 28.05.2009)

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

⁷ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

⁸ Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

⁹ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

¹⁰ Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGM/P, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.02.2009, e o OF/GAB/I/Nº 12, de 28.01.2009.

¹¹ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/Nº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.

¹² Eleitos para o biênio 2009/2010, em reunião realizada no dia 27.05.09, conforme Ofício P/48/2009, de 28.05.2009, lido nessa mesma data.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

PRESIDENTE: Parlamentar Ignacio Mendonza Unzain (Py)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Juan Jose Dominguez (Uy)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Juan Bautista Pampuro (Ar)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (Br)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Severiano Alves

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ANDRÉ DE PAULA DEM-PE	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> RAIMUNDO COLOMBO DEM-SC
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> SEVERIANO ALVES PDT-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 07.05.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



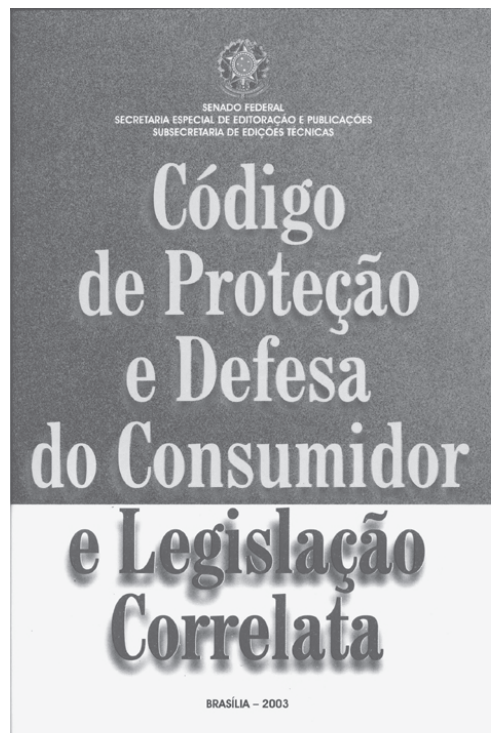
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Código de Proteção e Defesa do Consumidor

Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e legislação correlata. Contém índice temático remissivo.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.

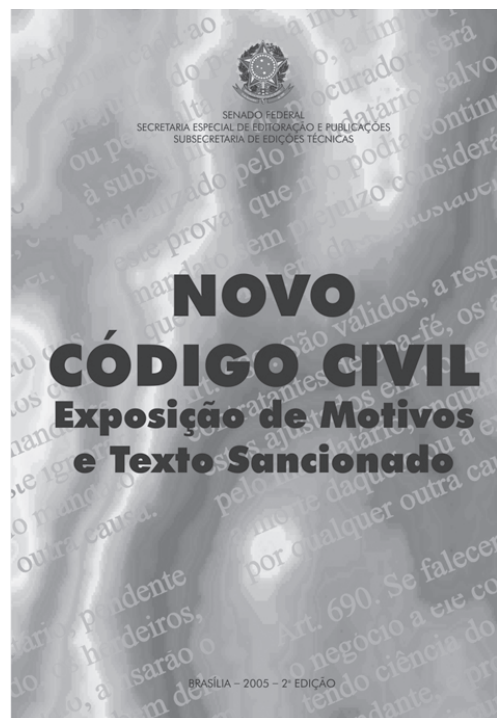


SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Novo Código Civil Brasileiro

Texto da Lei nº 10.406, sancionada pelo Poder Executivo em 12 de janeiro de 2002, acompanhado da respectiva Exposição de Motivos, datada de 1975.

Conheça nosso catálogo na Internet
www.senado.gov.br/catalogo



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 36PÁGINAS

(O.S. 14562/2009)